

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

GIOVANNI IULIANO MEIRA

EDUCAÇÃO PÚBLICA EM DISPUTA: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS AGENTES
DO ATUAL DEBATE SOBRE A REFORMA DO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO

SÃO PAULO - SP

2018

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

EDUCAÇÃO PÚBLICA EM DISPUTA: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS AGENTES
DO ATUAL DEBATE SOBRE A REFORMA DO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

Relatório Final

Aluno: Giovanni Iuliano Meira

Orientador: Mário Aquino Alves

SÃO PAULO - SP

2018

AGRADECIMENTOS

A maioria dos processos formativos não são fáceis e como não poderia deixar de ser, o desenvolvimento desta pesquisa de Iniciação Científica foi talvez a maior fonte de aprendizado fora de sala de aula durante a graduação na FGV-EAESP.

Dessa forma, os agradecimentos aqui destinados visam reconhecer quem colaborou de forma ativa para que esse aprendizado se concluísse.

À orientadora e amiga que soube sistematizar diversas ideias confusas de um aluno, Miqueli Michetti, mas por destinos da vida não pode estar tão perto no decorrer desse processo.

Ao orientador e amigo que deu crédito a um trabalho que ouviu falar de longe e contribuiu de forma imensa para seu resultado, Mário Aquino Alves.

À maior das companheiras, que nos principais momentos de insegurança foi um ponto de apoio, Victória Alonso.

À mais importante das professoras, a quem devo tudo que sei sobre educação pública, Maristela Iuliano.

Ao mais importante dos professores, a quem devo tudo que sei a respeito da escola da vida, Elio Gentil Meira.

Com todo o meu amor e reconhecimento, obrigado.

RESUMO

O debate público no Brasil contemporâneo apresenta a educação como “redentora” de todos os nossos males (SOUZA, 2009). Entretanto, esta forma de debate tende a suprimir disputas entre determinados atores no espaço social, bem como as posições nas quais estes mesmos agentes exercem seus papéis (BOURDIEU, 1996). Nos últimos anos, as disputas a respeito do sistema educacional e a atuação de atores públicos e privados (institutos, fundações empresariais e ONG’s) ganham novos contornos. Dessa forma, o presente estudo busca mapear e analisar a forma de constituição dos principais agentes presentes no campo social da educação pública brasileira, sobretudo as organizações empresariais sem fins lucrativos como institutos e fundações, no campo da educação pública brasileira desde os anos 1990, de forma a compreender como consolidaram sua posição e chegaram a que hoje ocupam no debate sobre os destinos do ensino público brasileiro.

Os principais referenciais metodológicos utilizados foram a análise crítica de discurso (FAIRCLOUGH, 1992) e as noções de espaço e campo social (BOURDIEU, 1996). Assim, foram realizados procedimentos de viés qualitativo, como revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas. A análise das fontes foi realizada a partir de uma codificação em dois níveis, buscando assim apontar as principais categorias recursivas presentes no discurso dos agentes estudados. Para realização desta etapa foi utilizado o software de análise qualitativa NVivo, por permitir maior agilidade na sistematização dos dados.

Os resultados do estudo levaram a um mapeamento de quatro tipos principais de agentes atuantes no campo: (i) Organizações governamentais; (ii) Entidades de representação de gestores dos entes subnacionais (iii) Institutos e Fundações ligados ao setor empresarial e (iv) Movimentos sociais ou entidades representativas da comunidade educacional. A partir desse mapeamento, foram identificadas as formas relacionais resultantes da dinâmica entre eles, como proximidade, identificação e oposição.

Foi possível concluir assim que a emergência de novos atores como institutos e fundações introduz novas formas de relacionamento no campo social, e que a prática discursiva desses diferentes tipos de agentes se diferencia, gerando assim relações de dominância no campo social estudado. Além disso, a emergência de reformas educacionais são elementos em que essas práticas discursivas se materializam e onde ocorrem as principais disputas.

Palavras – Chave

Administração Pública, Sociologia, Relações Estado-Sociedade, Sociedade Civil

“A educação é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente

pele conjunto dos homens”

Dermeval Saviani, 1991

Sumário

INTRODUÇÃO	9
Apresentação do Tema	9
Justificativa	10
Objetivo Geral e Específicos	10
Contribuição Esperada	11
METODOLOGIA	12
Referencial Metodológico	13
O Mundo Social em Pierre Bourdieu: espaço social, campo, posições de sujeito e capital simbólico.	13
Análise Crítica de Discurso	15
REFERENCIAL TEÓRICO	19
Neoliberalismo, Racionalidade Neoliberal, Governança e Pós-Política	19
Reforma do Estado e “Espaço Público não estatal”: Implicações para a consolidação do terceiro setor no Brasil.	21
Terceiro Setor e Sociedade Civil: definição e formas de legitimação	23
Histórico e desenvolvimento da educação: Da Escola Nova ao Neotecnismo	28
Terceiro Setor na Educação: Motivação, estratégias e tendências de atuação.	30
ANÁLISE PRELIMINAR	36
Levantamento dos principais atores do campo social da educação pública brasileira	36
Institutos e Fundações	36
Atores Governamentais	42
Entidades de Representação dos Gestores de Entes Subnacionais	43
Movimentos Sociais e Entidades Representativas da Comunidade Educacional	45
O CAMPO SOCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: ANÁLISE CRÍTICA	47
Análise Crítica de Discurso: Categorias Institucionais Emergentes	48
Análise Crítica de Discurso: Categorias Normativas Emergentes	70
CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS	80
ANEXOS	90

INTRODUÇÃO

Apresentação do Tema

A educação pública é prioridade na agenda brasileira atualmente. Aos olhos de governos e da sociedade civil em seus diversos segmentos, consiste em um elemento chave para o desenvolvimento humano, social e econômico. Esses diferentes olhares se concretizam através de disputas entre concepções e projetos para o sistema educacional, realizada por atores que atuam no campo social da educação pública brasileira e que são legitimados através de seus diferentes níveis de capital econômico e social (BOURDIEU, 1996).

A partir dos anos 90 as disputas ocorridas neste campo começam a se transformar a partir da incorporação de novos agentes, sobretudo fundações privadas e o terceiro setor, constituído de organizações privadas não-lucrativas como institutos e fundações. Essas mudanças associam-se ao contexto de neoliberalismo e tem implicações na atuação do Estado, que agora age sobre uma perspectiva de governança. As reformas da gestão pública que passam a ocorrer na época, correspondem na educação a “mudanças administrativas e pedagógicas com a implantação de uma gestão educacional apoiada no modelo empresarial, orientadas pelos princípios gerenciais” (CAETANO, 2015) e abrem caminho para a difusão de diversas racionalidades novas no campo, por meio do "investimento social" (NOGUEIRA e SCHOMMER, 2009) de organizações empresariais não lucrativas em projetos educacionais próprios ou através da estrutura do poder público via parcerias, bem como a atuação por meio de *advocacy* e pressão política.

As tentativas de reforma do ensino se dão através de grandes políticas públicas como o Plano Nacional de Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quanto em pequenos projetos que envolvem redes de ensino subnacionais ou mesmo escolas de forma individual e sob esta perspectiva de governança, envolvem estes atores públicos e privados em diferentes arranjos.

Assim, a atuação e influência de organizações ligadas ao terceiro setor na educação pública brasileira é nítida e ainda que o estudo destes projetos seja de vital importância para se entender os rumos da educação pública brasileira, entender quais atores estão por trás da sua concretização, como e a partir de qual posição atuam é etapa anterior para concluir a dinâmica e resultados deste campo social.

Justificativa

O presente projeto de pesquisa justifica-se pela lacuna observada na construção de conhecimento sobre o mapeamento de organizações privadas não-lucrativas na educação e sua ponte de atuação com a estrutura institucional estatal, com a conseqüente influência no ciclo de políticas públicas (SOUZA, 2006). A literatura atual trata, em geral, das concepções hegemônicas sobre educação sem mapeamento das posições, relações e desfechos das disputas entre os agentes constituídos neste espaço social, como apontam os trabalhos de Dermeval Saviani (2007), ou refere-se às formas de atuação destes atores privados já constituídos, de forma individual, como o trabalho de Lia Urbini (2015) a respeito do Instituto Itaú Unibanco, bem como em termos das “coalizões” da sociedade civil, à exemplo do trabalho de Lara Simielli (2008).

Assim, levanta-se como perguntas ainda não respondidas e a serem investigadas nesta pesquisa: (i) Quais são, como se constituíram e como se posicionam os principais agentes privados atuantes no debate em curso sobre a reforma da educação pública nacional? (ii) Quais são as relações e disputas que se estabelecem nesse “espaço social”? (iii) Como convergem e divergem? (iv) Como estes atores atuam em relação com a Administração Pública? (v) Quais projetos educacionais defendem a partir de sua atuação prático-discursiva? (vi) Estes projetos constituem pautas próprias destes agentes de forma isolada ou comunicam com demandas levantadas historicamente pela sociedade civil em relação ao Estado?

Objetivo Geral e Específicos

O objetivo da pesquisa é analisar o processo de constituição dos principais agentes, sobretudo as organizações empresariais sem fins lucrativos, como “institutos” e fundações, no campo da educação pública brasileira desde dos anos 1990, de forma a compreender como consolidaram sua posição e chegaram a que hoje ocupam no debate sobre os destinos do ensino público no Brasil.

Além disso, pretende-se com os objetivos específicos: (i) Evidenciar o(s) projeto(s) educacional(is) que os agentes a serem mapeados pretendem implementar através de sua centralidade e de sua atuação prático-discursiva, a partir da análise da(s) concepção(ões) de fundo que os embasam. (ii) Analisar a trajetória das estruturas institucionais estatais, de forma

a mostrar de que maneira elas se transformam em convergência ou divergência com estes atores e como houve a mudança na forma de atuação da administração pública em consonância com a ação destes agentes, dando subsídio assim para o entendimento da sua atuação no ciclo de políticas públicas. (iii) Evidenciar os resultados das disputas que se deram no espaço social da educação pública brasileira no recorte histórico proposto. (iii) Analisar o volume e forma dos capitais acumulados por cada agente em conjunto com a sua atuação prático-discursiva para transformação ou manutenção de suas posições.

Contribuição Esperada

O estudo busca trazer como contribuição a ampliação do conhecimento a respeito dos rumos da educação pública brasileira, historicamente objeto de disputa. Além disso, os objetivos propostos também podem dar maior subsídio para a compreensão da maneira como o setor empresarial, sobretudo via seus braços não-lucrativos, vem atuando em ciclos de agenda, formulação e implementação de política pública, como o caso da Base Nacional Curricular Comum que compõe um dos mecanismos de tentativa de reforma da educação básica, atualmente em pauta, em conjunto a outros como a Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017, que estabelece a Reforma do Ensino Médio e a Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação, abrindo também outras agendas de pesquisa.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos de pesquisa adotados têm caráter qualitativo. Dessa maneira, em um primeiro momento foi feita uma revisão e análise bibliográfica a respeito do campo de estudos no qual a investigação se insere, que serve de base para a compreensão dos dados que foram coletados posteriormente em campo e é apresentado na parte de referencial teórico deste documento.

Uma segunda etapa executada foi o mapeamento exploratório preliminar dos principais atores do campo social da educação, sobretudo institutos e fundações, através de análise documental de materiais e informações emitidas pelas organizações estudadas, mídia e publicações acadêmicas que também é apresentada neste relatório. Através disto, pretendeu-se caracterizar e as diferenciar através de algumas variáveis, bem como justificar a escolha daquelas consideradas mais relevantes no debate sobre as reformas da educação pública. Neste levantamento também se destacam instituições governamentais, responsáveis pela formulação e implementação de políticas.

A terceira etapa da pesquisa foi desenvolvida através da realização de entrevistas semiestruturadas com pessoas chave, atuantes no universo das organizações escolhidas como mais relevantes no campo, que foram realizadas presencial e individualmente com uma amostra seleta de indivíduos. Foram utilizadas perguntas norteadoras que nos ajudam a responder ou se aproximam das questões gerais da pesquisa. Paralelamente à essa etapa, foi realizada a observação em campo de eventos e acontecimentos relacionados a temática de educação, de forma a se coletar dados presencialmente e entender de forma empírica a dinâmica deste campo.

A última etapa de pesquisa consiste na análise dos dados coletados. Para isso, foram transcritas todas as entrevistas e copiladas junto com outros materiais como notas de campo e materiais documentais no software de análise qualitativa NVivo. A utilização do software para sistematização garante um maior aprofundamento e agilidade na análise dos dados, dado a grande quantidade de ferramentas úteis à análise qualitativa e, além disso, “permite que as fontes de informação sejam manejadas com agilidade, permitindo codificações sucessivas, bem como a interposição entre as codificações realizadas.” (GRIGOLLETO, 2018)

Tendo estas fontes diversas reunidas, foi realizada a análise dos dados em 3 principais momentos. O primeiro correspondeu a uma leitura despreziosa dos conteúdos, de forma a mapear os assuntos abordados e identificar categorias recorrentes nos discursos dos atores. A segunda leitura foi feita através da codificação das categorias emergentes ou recorrentes

nesses discursos, já previamente identificadas na primeira. O último momento de análise é uma leitura dessas categorias normativas e institucionais que foram apreendidas, diferenciando os atores o qual as enunciavam, tendo como base o referencial teórico adotado e as perguntas de pesquisa levantadas.

Portanto, esse momento final de análise consistiu em duas etapas de codificação, inspirado na metodologia aplicada por Grigolletto (2018) em tese de doutorado. A primeira sendo as categorias recorrentes e a segunda relacionando elas com a fundamentação teórica proposta nesse trabalho, gerando categorias de 2ª ordem. Assim, corresponde a uma tentativa de teorização a partir do discurso dos atores analisados.

Percorrido este caminho, foi possível apresentar resultados sobre como os agentes estudados estão presentes no campo e a sua dinâmica em relação aos outros, além da interpretação que têm sobre determinadas categorias emergentes, que no limite, também os definem no campo. Além disso foi possível concluir o mapeamento de campo com a inserção dos agentes estudadas.

Referencial Metodológico

O referencial metodológico utilizado no desenvolvimento da pesquisa tem como base principal os conceitos do sociólogo francês Pierre Bourdieu a respeito do mundo social, de Michel Foucault sobre posições de sujeito, e também de discurso a partir de Normam Fairclough. Em relação ao primeiro, a concepção de mundo social e outros conceitos desenvolvidos pelo autor como espaço social, campo social, habitus e posições sociais são usados como lente metateórica para compreensão da dinâmica dos agentes analisados. Quanto ao terceiro, é utilizado o método de análise crítica de discurso (ACD). Os conceitos de posição de sujeito e discurso de Foucault relacionam-se aos dois autores, respectivamente.

O Mundo Social em Pierre Bourdieu: espaço social, campo, posições de sujeito e capital simbólico.

Bourdieu em seus trabalhos desenvolve uma nova forma de leitura social por meio do que denomina *estruturalismo construtivista*, em oposição ao modo de pensar substancialista. Este último, de acordo com o autor é o que leva a um entendimento das características de determinados agentes como intrínsecas, imutáveis e substanciais a estes e corresponde a leitura mais próxima do chamado “senso comum” (BOURDIEU, 1996).

Em substituição a essa noção, o autor desenvolve o conceito de espaço social, que corresponde a uma representação do mundo social em um determinado espaço, onde indivíduos ocupam suas posições em um momento dado (BOURDIEU, 1989). Esses indivíduos se diferenciam a partir do conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, a partir de seu capital econômico e capital cultural, na primeira dimensão, de acordo com o volume global desses capitais e em uma segunda dimensão de acordo com o volume relativo de cada um. Suas distâncias espaciais correspondem a essas distinções, “tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas” (BOURDIEU, 1996, p.10).

Com a noção de espaço social, Bourdieu abandona o entendimento marxista de classe social, uma vez que de acordo com o autor essas só se constituem enquanto *classes no papel* (BOURDIEU, 1996), de forma multidimensional e a serem recortadas conforme categorias usadas pelo cientista, não somente a partir de uma dimensão que se sobrepõe as demais, como sugere a lente de análise marxista. Logo, “propõe a substituição da lógica das classes sociais (herdada, portanto, das concepções dialéticas de Marx) pela lógica de espaço social” (ALVES, 2002a).

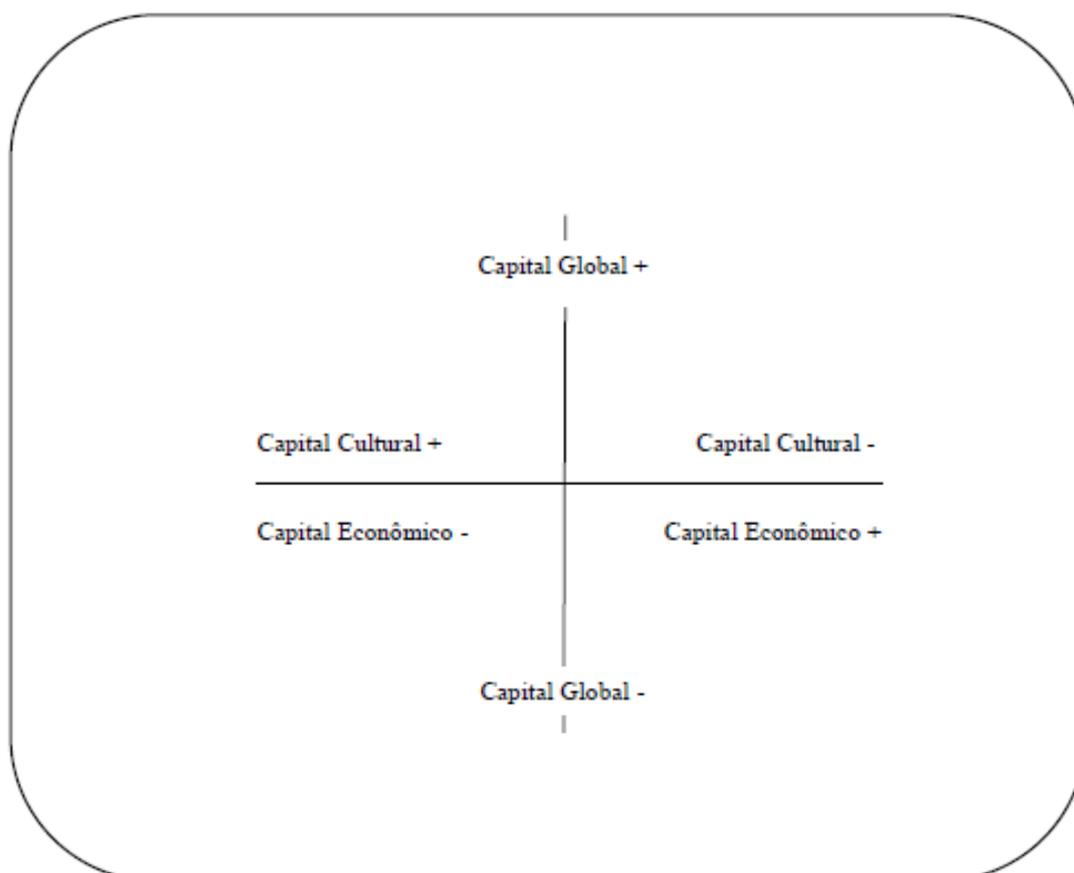
Por ser dinâmico e relacional, o espaço social também pode ser entendido como um campo de forças onde relações objetivas se impõem a todos que entrem nesse campo (BOURDIEU, 1989, p. 134). Assim, é um espaço onde se manifestam relações de poder: “o campo é o lugar onde ocorre uma luta concorrencial entre os atores em torno dos interesses específicos que caracterizam a área em que atuam esses mesmos atores.” (ALVES, 2002, p.153). Isso indica que para além de simplesmente ocupar suas posições, estes agentes utilizam seus capitais acumulados como forma de legitimar suas relações nestas disputas. Na pesquisa, esses conceitos são fundamentais para a compreensão do discurso e da prática das organizações que serão estudadas, uma vez que são baseados na utilização de seus capitais acumulados, não só cultural e econômico, como apresentado originalmente por Bourdieu, mas por outros elementos de distinção como capital social e capital político, explorados por outros autores.

A junção desses elementos resulta no acúmulo total de capital simbólico desse agentes, que de acordo com o autor é responsável pela incorporação de seu *habitus*, definido como uma linguagem ou um sistema de percepção que os agentes incorporam para manutenção, sustentação e definição de suas posições. Logo suas estratégias,

“ (...) dependem da posição que eles ocupem na estrutura do campo, isto é, na distribuição do capital simbólico específico, institucionalizado ou não (reconhecimento interno ou notoriedade externa), e que através da mediação das disposições constitutivas de seus *habitus* (relativamente autônomos em relação à posição), inclina-os seja a conservar seja a transformar a estrutura dessa distribuição, logo, a perpetuar as regras do jogo ou a subverte-las.” (BOURDIEU, 1996, p.64)

Assim, compreender a educação pública como um campo social significa enxergá-la como um espaço onde relações de disputa são concretizadas, a partir de agentes que mobilizam seus capitais na tentativa de consolidarem suas posições sociais.

Figura 1: Espaço das posições sociais



Fonte: YADA, Leonardo F. A atuação prático-discursiva da fundação Lemann: “o curso gestão para sala de aula” e o movimento pela base nacional comum. Baseado em BOURDIEU, P. *Razões práticas*. Campinas, SP: Papirus, 1996, p.20.

Análise Crítica de Discurso

Relacionado a noção de posição social de Bourdieu está o conceito de posições de sujeito de Foucault (2008, p.58), que de acordo com o autor “se definem igualmente pela

situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos”. O exemplo citado no livro *Arqueologia do Saber* é o da posição do médico no discurso clínico, que nesse espaço é o “questionador soberano e diretor”, dado um feixe de relações sociais que estão em jogo e garantem a manutenção do seu *status* (FOUCAULT, 2008, p.59). De forma análoga ao capital simbólico para Bourdieu, *status* são as pré-condições que dão a possibilidade de indivíduos proferirem um discurso que é considerado legítimo em um determinado espaço.

Esses conceitos nos dão base para indagar sobre como alguns atores detém uma posição para proferir um discurso sobre um objeto, neste caso a educação pública brasileira. A partir da perspectiva de Foucault, temos que discurso e prática são elementos que estão imbricados na atuação dos indivíduos, e ligados a sistemas de regras que fazem possível determinadas sentenças ocorrerem em momentos e espaços específicos (FAIRCLOUGH, 1992). Desta forma, campos como a educação pública brasileira viram objeto para “prática discursiva” ou “campos discursivos” de indivíduos e organizações. Esses discursos não são vistos de forma passiva ou como mera forma de expressão dos indivíduos para Foucault, mas sim como práticas que contribuem para “produção, transformação e reprodução” de objetos da vida social (FAIRCLOUGH, 1992, p.41). Essa noção nos levará a analisar a prática discursiva desses agentes pressupondo que a partir dela estão interferindo e transformando esse campo.

Tendo como base a noção Foucaultiana de discurso enquanto prática social, Fairclough (1992) desenvolve a teoria para Análise Crítica do Discurso (ACD), tipo de método que procura analisar a capacidade dos discursos transformarem ou constituírem objetos. Para o autor, o discurso é compreendido a partir de 3 dimensões: texto, prática discursiva e prática social.

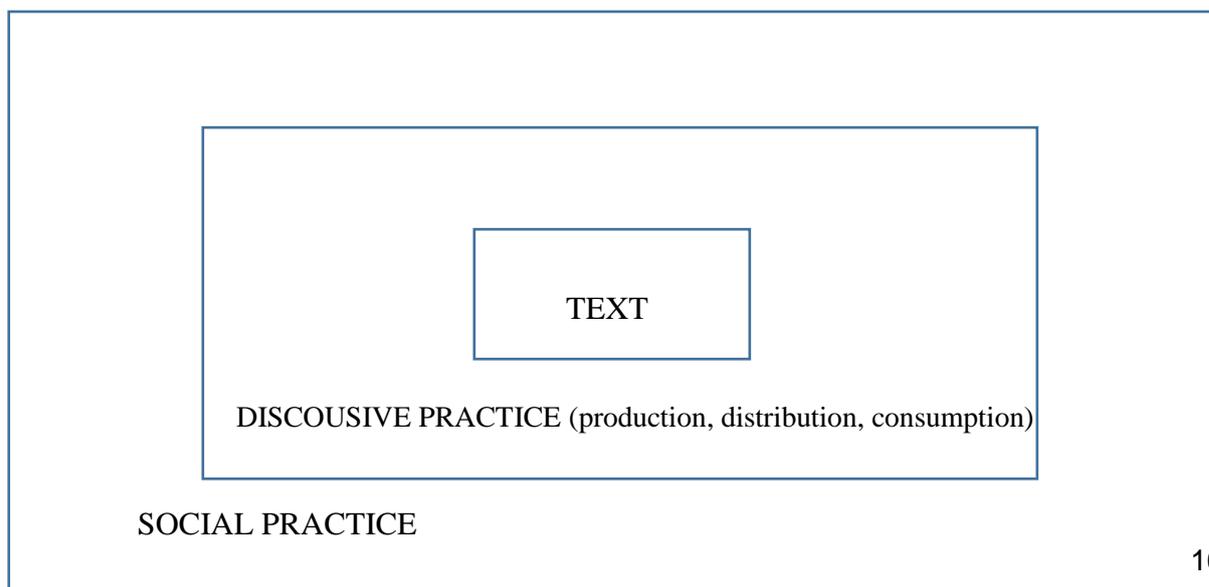


Figura 2: Concepção Tridimensional do Discurso

Fonte: FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and Social Change*. Polity Press, 1992, p.73.

Em relação a dimensão da prática textual - que pode corresponder a diversos gêneros discursivos, desde um texto de jornal até uma conversa cotidiana - Fairclough (1992) aponta 4 principais elementos que a organizam: (i) vocabulário, que lida com as palavras individualmente; (ii) gramática, que lida com palavras combinadas e formam sentenças; (iii) coesão, que diz respeito a como as sentenças são organizadas conjuntamente; e (iv) estrutura, que trata da organização geral do texto. A esses elementos podem ser somados mais quatro aspectos que correspondem a (v) tipo de expressão (súplica, advertência, pedido); (vi) coerência dos textos; e (vii) intertextualidade dos textos.

A dimensão da prática discursiva compreende os processos de produção, distribuição e consumo do texto e, portanto, varia conforme o tipo de discurso. Fairclough aponta como exemplo um artigo de jornal, que passa por uma série de estágios até estar pronto e tem um caminho determinado de produção, para um determinado público que irá consumi-lo. Dessa forma se diferencia muito de um pronunciamento de um presidente por exemplo, que é produzido por um indivíduo, distribuído por diversos meios e direcionado a uma grande massa.

A terceira dimensão, da prática social do discurso, é a que o relaciona as formas de poder e ideologia ou as condições de produção e interpretação o qual está inserido (FAIRCLOUGH, 1992, p.86). Nesse sentido, o discurso ao permear elementos ideológicos e a depender do seu acúmulo de poder, pode ou não se tornar hegemônico em determinado meio ao tentar se legitimar, reproduzindo ou desafiando ordens de discurso existentes. Quanto mais naturalizado essas ideologias estão nas práticas discursivas e quanto mais alcançarem o status de “senso comum”, mais efetivas são (FLAIRCLOUGH, 1992, p. 87).

As 3 dimensões dão origem as ordens de discurso, ou “a maneira de os diversos gêneros e discursos estarem inter-relacionados entre si”, que atribuem sentido a uma ordem social, como por exemplo a ordem neoliberal globalizada emergente do novo capitalismo (FAIRCLOUGH; MELO, 2012, p. 310). Nesse sentido, esse tipo de análise busca compreender a ordem de poder dos diferentes discursos presentes em um campo social. Observar essa ordem de discurso no caso da educação pública brasileira, em conjunto com a análise das posições sociais dos agentes que os enunciam é o principal caminho para

responder as perguntas levantadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção tem por objetivo apresentar a revisão bibliográfica dos conceitos relevantes para entendimento da pesquisa, bem como apresentar o atual estado da arte do campo estudado. Dessa forma, cada subtópico envolve uma breve apresentação e resumo dos principais autores e respectiva contribuição a respeito dos conceitos que são trabalhados.

Neoliberalismo, Racionalidade Neoliberal, Governança e Pós-Política

Tendo como marco temporal os anos 70, o contexto histórico utilizado como recorte analítico corresponde ao Neoliberalismo. Conforme aponta Harvey (2008), seu início se dá na transformação do mecanismo de acumulação de capital a nível global nesta década que se deve a crise do assim chamado regime de regulação fordista ou keynesiano e a passagem para o regime de acumulação flexível, marcado pela descentralização e desregulamentação dos poderes do capital privado e aumento do poder financeiro frente ao estatal.

É necessário ter em vista que esse novo regime de acumulação não corresponde somente a uma nova forma de operar do sistema econômico, como também um modo de regulamentação social, político e cultural (HARVEY, 1992). Esta noção expande a compreensão do neoliberalismo e abre o entendimento para as implicações desta economia financeirizada em outras esferas, a exemplo dos estudos de Michetti (2016) na cultura.

Esse entendimento também vai ao encontro dos trabalhos desenvolvidas por Foucault (2008), que apresenta exemplo das imbricações do funcionamento desta lógica econômica a partir da “teoria do capital humano”. De acordo com o autor, essa representa dois processos,

um que poderíamos chamar de incursão da análise econômica num campo até então inexplorado e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não-econômico. (FOUCAULT, 2008, p. 302)

Mais que regime econômico, o neoliberalismo assim se constituiu como racionalidade e conduta econômica que passa a se estabelecer em todas as esferas da vida (BROWN, 2015). Dessa maneira, a “forma da nossa existência” passa a ser ditada pelo discurso dominante que tem como base termos e métricas econômicas e se estende a todas as formas de relações sociais em diversos tipos de instituições, como o próprio Estado. (BROWN, 2015, p. 117, tradução própria). Essa “economização” de acordo com Brown (2015) tem fortes implicações sobretudo quando transforma a natureza política de diversas atividades, substituindo-a.

Assim, “a economia já não é, portanto, a análise da lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008, p.307). Indivíduos então se constituem enquanto “empresas de si mesmo”, que necessitam de investimento para a valorização de seu capital. A educação enquanto mecanismo de valorização desses indivíduos possui papel primordial. É possível entender sua centralidade para o desenvolvimento do capital na medida em que o próprio ensino, antes voltado para a cidadania, agora tem objetivo de ou ampliar o investimento nos indivíduos para a obtenção de vantagens competitivas e conseqüentemente valorizar o “capital humano” a disposição dessa nova ordem econômica (BROWN, 2015).

Neste novo *modus operandi*, o Estado é caracterizado como regulador ou “investidor social” que tem a função de estimular a capacidade de adaptação dos indivíduos na competição, sem questionamento dos mecanismos que muitas vezes operam de forma excludente (DARDOT e LAVAL, 2013). Transforma assim o usufruto de direitos em mercadorias e abre o compartilhamento de responsabilidades com a iniciativa privada.

Ao analisar a aplicação desta racionalidade no funcionamento do governo inglês no final do século XX, Dardot e Laval (2013) apontam a sua difusão na esquerda moderna, sobretudo no governo Tony Blair, que ao sustentar o sistema concorrencial, o faz em “detrimento de uma concepção alternativa do vínculo social que se basearia em uma maior solidariedade e em objetivos de igualdade real.” (DARDOT e LAVAL, 2013). Ainda de acordo com os autores, o neoliberalismo sofre uma mudança prática clara ao se aplicar na esfera pública, o que resulta na “mercadorização da instituição pública”, ao incorporar a concorrência como “o instrumento mais eficiente para melhorar o desempenho da ação pública” (DARDOT e LAVAL, 2013).

Relacionado com esta lógica, também está a dominância do gerencialismo empresarial como racionalidade administrativa, que se afirma e legitima por meio da técnica como forma absoluta de gestão tanto do bem público como privado (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009). O advento de decisões políticas com base no argumento gerencial leva ao esvaziamento da administração pública como arena política, onde o interesse público vocalizado pela sociedade civil teria soberania, pressupondo a não preponderância de qualquer ator.

A convergência destes aspectos, conforme aponta Swyngedouw (2010), resultam em uma “condição pós-política” ou de “pós- democracia”, que seria marcada pela dominância da racionalidade administrativa ou econômica em outras esferas, sobretudo a política. Nesse

sentido ela a substitui e rejeita divisões provenientes do jogo político. Como citado por Michetti: “Tal condição seria acompanhada pela difusão da *governança* entre uma série de atores institucionais não-estatais ou semi-estatais e buscaria uma consensualização das políticas através de argumentos pretensamente técnicos” (MICHETTI, 2016, p.12). Ao analisar os discursos das organizações atuantes no campo social da educação pública, será observado em que medida esse argumento “pós-político”, bem como como a concepção da educação enquanto um terreno técnico aparece e funciona como elemento explicativo da sua prática, além de constituir forma de capital simbólico que sustentam suas posições sociais.

Reforma do Estado e “Espaço Público não estatal”: Implicações para a consolidação do terceiro setor no Brasil.

Na esteira da mudança do sistema econômico que ocorre no final do século XX, o Brasil dos anos 1990 traz consigo o movimento de reformas do Estado inspirados pela perspectiva gerencialista, dentro do qual se destaca o movimento de publicização ou da “gestão pública não estatal” que cria dentre novas figuras jurídicas as Organizações Sociais (OSs - Lei Federal nº 9.637/98) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips - Lei Federal nº 9.790/99). Conforme exposto no Plano Diretor da Reforma do Estado:

através de um programa de publicização, transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle. Deste modo o Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se entretanto no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, **na medida em que envolvem investimento em capital humano.** (PDRAE, p.13, grifo nosso)

Para além do advento de novos atores na gestão pública, o que é especialmente relevante no contexto da Reforma do Estado é este movimento que tem como resultado a separação do público do estatal (MICHETTI, 2016), e na prática leva ao Estado a atuar em “arranjos de governança em que o Estado tradicional opera institucionalmente junto com especialistas, ONGs e outros parceiros responsáveis” (SWYNGEDOUW, 2010, p.27).

Esta separação a priori, tem como motivação tanto o contexto de crise fiscal, que abre a justificativa para o compartilhamento de responsabilidades estatais em áreas chave como a educação com outros atores, como também é motivada pelo contexto brasileiro pós-ditadura,

o que confere dupla legitimidade ao surgimento do terceiro setor no Brasil:

Em termos mundiais, a derrocada da experiência socialista e a crise econômica que levou à transição para o regime de acumulação flexível criam as condições para que se concebesse uma “Terceira Via”. Em sentido convergente, passa a fazer sentido a ideia de “Terceiro Setor”, que agregaria as virtudes do Estado e do Mercado sem sofrer dos males que os acometeriam. Entre nós, tais instituições parecem nascer com dupla fonte de legitimidade. Elas são “sociedade civil” no momento em que mundialmente se depositam as esperanças nessa instância e, no contexto brasileiro pós-ditadura, elas são agentes não estatais a ocupar-se da “coisa pública”. (MICHETTI, 2017, p. 132)

Em um primeiro momento, conforme ressalta Urbini:

tal situação poderia significar uma alternativa às formas prévias paternalistas de submissão dos interesses da sociedade ao aparato do Estado. Entretanto, em economias periféricas como o Brasil, o que vemos é um movimento acentuadamente marcado: os distintos interesses da sociedade são muitas vezes vocalizados e unificados por uma associação poderosa entre empresariado e governo, em dinâmica que favorece antigos privilégios de classe, fortalecendo ambas as partes, limitando a horizontalidade e dissolvendo a capacidade de intervenção na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas por diferentes setores nacionais. (URBINI, 2015, p. 129)

Ainda que enquanto sociedade civil a incorporação dessas organizações na governança estatal possa significar uma alternativa, como já foi ressaltado estes atores se diferenciam a partir da acúmulo de diferentes tipos de capitais (BOURDIEU 1996). Por esta perspectiva, a sociedade civil não pode ser tida como um espaço homogêneo, e ao se incorporar organizações como institutos e fundações empresariais na governança, a “publicização na prática parece não deixar de abrir mais um campo de valorização do valor para a iniciativa privada” (URBINI, 2015, p.128).

Dessa forma, a publicização é o movimento que abre espaço para o público não estatal e conseqüentemente cria um espaço para a atuação do “terceiro setor”, conceito que engloba o conjunto de organizações que são estudadas no desenvolvimento da pesquisa. Esse movimento dependeu da ação do Estado em uma nova forma de atuação que o redesenhou mas não o anulou, como é comumente pensado. A doutrina neoliberal não acontece de forma distante do Estado, pelo contrário, mantém uma relação privilegiada pois depende dele enquanto agente ativo para concretização de ações, seja na saúde, educação ou qualquer área (HARVEY,2008).

Terceiro Setor e Sociedade Civil: definição e formas de legitimação

Expostos os fatores que se relacionam ao surgimento do terceiro setor, é imprescindível uma discussão a respeito das diversas interpretações do conceito, e o recorte ainda dentro dele que corresponde as organizações não-lucrativas privadas como institutos e fundações empresariais, exposto nessa seção.

Conforme traz Alves (2002a) em uma revisão do desenvolvimento do termo, a noção de Terceiro Setor é em um primeiro momento extremamente abrangente. Citando o trabalho de Smith (1991), Alves (2002a) aponta que a nomenclatura é usada a partir dos anos 70 nos EUA para identificar um “setor da sociedade no qual atuam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos.” (SMITH, 2001¹ apud ALVES, 2002a). Deste modo correspondia a um conceito guarda-chuva que era muito confundido com filantropia empresarial, que abarcava determinadas características:

Segundo VAN TIL, a filantropia pode apresentar três diferentes definições (VAN TIL, 1990, pp. 33-4): 1. filantropia pode ser um processo intencional de ação, serviço e doação de caráter voluntário, cujo objetivo é a geração de um bem público. Aqui o importante é a intenção do doador filantropo ou do receptor dessa doação, de servir a um propósito maior para a humanidade por meio de uma contribuição particular de tempo, energia ou dinheiro; 2. filantropia pode ser um conjunto de comportamentos, em quaisquer contextos, que têm por propósito promover serviços humanitários; 3. filantropia pode ser compreendida como esfera de atividade institucional, na qual a promoção do bem público é delegada pela sociedade a organização não-governamental. (VAN TIL, 1990² apud ALVES, 2002, p.31)

Dentre diversas definições, a potencialmente mais interessante de acordo com Alves (2002a) é a de Evers (1995), onde terceiro setor corresponde a uma área intermediária entre Estado e mercado, e abarca organizações com “características polivalentes - incluindo fatores políticos e sociais - tão importantes quanto os papéis que essas organizações desempenham no mundo econômico. São organizações híbridas e mesclam recursos e racionalidades de diversos setores” (EVERS, 1995³ apud ALVES, 2002a).

A importância dessas organizações vem sobretudo a partir de onde estão, uma vez que se mantêm equidistantes seja da esfera do governo seja da esfera lucrativa (mercado). Assim, têm-se a macro divisão com o primeiro setor correspondendo a organizações de natureza

¹ SMITH, David Horton. Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. V. 20 N.2, Summer 1991.

² VAN TIL, Jon e outros. *Critical Issues in American Philanthropy*. San Francisco: Jossey-Bass, 1990.

³ EVERS, Adalbert. Part of the Welfare Mix: the thir sector as an intermediate área. *Voluntas* V.6 N.2, 1995.

privada que atuam conforme princípios de mercado, entidades públicas que visam fins públicos (Estado) como segundo setor, e por fim, as organizações equidistantes de ambos, ou seja, “agentes de natureza privada que praticam ações visando a fins públicos podiam ser descritos como o Terceiros Setor” (ALVES, 2002b, p.7).

No Brasil, a maior parte das entidades privadas sem finalidades lucrativas correspondem a Fundações Privadas e Associações sem Finalidades Lucrativas (FASFIL). De acordo com o IBGE, são organizações que se enquadram nos seguintes critérios:

(a) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado; (b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins; (c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas; (d) autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e (e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores. (IBGE, 2012, p. 13)

Pelo código civil ambas são figuras jurídicas de direito privado, além das organizações religiosas que também se encaixam nesses critérios. As fundações são criadas por um instituidor, a partir de uma dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la, e ainda que sejam constituídas por recursos de origem privada, são consideradas de natureza pública, “veladas” pelo Ministério Público, podendo seus recursos serem transferidos caso sejam extintas (NOGUEIRA E SCHOMMER, 2009). As associações – ou institutos - constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, necessitam de um instituidor e mantenedor, e são regidas pelo seu próprio estatuto, além de contar com mais autonomia em relação ao poder público dado sua ligação direta com empresas mantenedoras (SILVA, 2000).

A literatura que trata do assunto, em geral situa uma parte dos institutos e fundações sem finalidades lucrativas constituídos como representantes de um ramo da sociedade civil que corresponde ao “investimento social privado” (NOGUEIRA e SCHOMMER, 2009). De acordo com os autores, a elaboração desse conceito tinha como intuito se diferenciar da filantropia empresarial (tal como definida anteriormente). Dessa forma, o ISP,

É definido como “o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público (GIFE, 2007). É possível entender essa definição como a reunião de três grandes aspectos definidores do investimento social: 1) *a origem dos recursos*: privada e voluntária (o que a diferenciaria de outros tipos de investimento, de origem

compulsória, como parte dos recursos do Sistema S); 2) *a forma de atuação*: planejada, monitorada e sistemática (fundamentalmente, buscando resultados, em contraposição às práticas bem-intencionadas mais voluntaristas, amadoras e supostamente ineficientes da caridade tradicional); 3) *a finalidade*: projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público (colocando-o acima de interesses privados que a empresa ou o filantropo possam ter ao investir no social). (NOGUEIRA E SCHOMMER, 2009, p. 3)

O “investimento social privado” de acordo com os autores, corresponderia a um dos ramos da ampla agenda que envolve a “Responsabilidade Social Empresarial”. A gestação dessa ideia de compensação social por parte das empresas está muito associada ao novo regime de acumulação flexível que o sistema econômico vive a partir dos anos 1970 e é aprofundado nos anos 1990 com a globalização (MICHETTI, 2016). Dado os impactos coletivos da concentração de capital privado, empresas não podem se eximir de medidas sociais compensatórias, mas estas ações são tidas hoje como “*investimento* da empresa na sociedade”, ao invés da “responsabilidade legal de *compensação* social” (MICHETTI, 2016, p.4)

Outras nomenclaturas como *Terceiro Setor Empresarial* (FALCONER, 1999) , *Cidadania Empresarial* (SCHOMMER, 2000) e *Nova Filantropia* (BALL, 2014) também podem ser encontradas e correspondem a conceitos parecidos em sua definição, que se referem ao repasse de recursos para a área social como investimento por parte das empresas. A ideia de organizações que “investem socialmente” é a mais comum para abarcar esse conjunto, utilizada por associações que as aglomeram como o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e entidades relacionadas como o Instituto para Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). A tabela a seguir, baseada em informações do censo realizado pelo GIFE, traz os tipos de institutos e fundações que correspondem ao “investimento social privado”.

Tabela 1: Organizações do Investimento Social Privado

Nomenclatura	Definição	Exemplo
Institutos e fundações empresariais	São organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas por uma empresa ou seus acionistas. São geridas por pessoas ligadas à empresa que as mantém.	Fundação Itaú Social; Instituto Natura; Fundação Telefônica; Fundação Bradesco; Instituto Unibanco; Instituto Itaú Cultural
Institutos e fundações familiares	São organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas por uma família e geridas, direta ou indiretamente, por seus membros. Ainda que possam manter relações com empresas da	Fundação Lemann; Instituto Ayrton Senna; Instituto Península; Fundação

	família mantenedora, são administrados de forma independente.	Victor Civita; Fundação Tide Setubal.
Institutos e fundações comunitários	São organizações sem fins lucrativos que reúnem recursos de uma ou mais organizações ou indivíduos, estabelecendo um fundo que será usado para investimentos em uma determinada comunidade. São geridas por pessoas que se identificam como pertencentes à comunidade.	Instituto Rio; Instituto Comunitário Grande Florianópolis; Instituto Baixada Maranhense
Institutos e fundações independentes	São organizações sem fins lucrativos mantidas geralmente por mais de uma organização ou indivíduo de origens variadas. Sua gestão é independente de seus mantenedores.	Fundação Abrinq;

Quadro 1: Tipos de Institutos e Fundações do “Investimento Social Privado”

Fonte: Elaboração Própria, Baseado em Censo GIFE 2016, p.89

Ainda de acordo com o Censo, a composição dos associados do GIFE é majoritariamente de Institutos e Fundações Empresariais (53% e 20 anos de idade em média), seguido por Institutos e Fundações Familiares (17% e 20 anos de idade em média), Empresas (16% e 25 anos de idade em média) e Institutos e Fundações independentes ou comunitárias (15% e 26 anos de idade em média). Esse perfil indica a concentração do ISP nas organizações ligadas a empresas ou corporações, ainda que ele venha se modificando com o aumento de organizações familiares, como é ressaltado no Censo, além de demonstrar como o campo ganha força a partir da redemocratização, dado a idade das organizações.

A classificação utilizada é feita com base na forma de gestão dessas organizações. Entretanto, vale a pena fazer uma pequena ressalva quanto a nomenclatura que corresponde aos institutos e fundações empresariais apontados como objeto de pesquisa. Ainda que organizações como a Fundação Lemann e Instituto Ayrton Senna são tidas como familiares pela classificação do GIFE, o uso de uma expertise que provém da gestão empresarial, bem como a ligação através da presença de empresários em seus conselhos administrativos confere características que ligam essas organizações ao setor, e justifica o uso da nomenclatura englobando-as também para as finalidades desta pesquisa.

O motivo para a escolha desse recorte no enfoque da pesquisa para além do volume de capital econômico mobilizado – 2,9 bilhões no total de acordo com o Censo GIFE 2017 – provém muito da fonte singular que lhes confere legitimidade em áreas como a educação. De acordo com Miquetti (2016), ela provém a um primeiro momento pelo distanciamento que criam do mercado, ou seja, pelo fato de que “não são empresas e não são lucrativas”. Entretanto,

Ao mesmo tempo, esse distanciamento não pode ser completo por duas razões. Primeiramente, como o grupo todo tem a ganhar institucionalmente com a atuação do braço sem fim lucrativo, o vínculo entre os dois braços precisa ser claro, para que as empresas possam se beneficiar da imagem projetada pelo seu instituto ou fundação. Além disso, parte da legitimidade do instituto radica no fato de que se trata de uma instituição que conta com a experiência em gestão empresarial. (MIQUETTI, 2016, p.17)

Para além desses aspectos, outro fator que confere legitimidade aos institutos empresariais privados, conforme ressalta a pesquisadora, é sua aproximação em relação ao Estado, como se pretende desenvolver especialmente neste trabalho no caso da educação pública brasileira,

No caso de sociedades com forte presença estatal, a aproximação com entes públicos, que garante uma espécie de chancela estatal, faz com que a atuação pública das organizações sem fins lucrativos se legitime enquanto tal. Isso não procede para todas as sociedades nem para todo tipo de organização sem fim lucrativos, **mas no caso das que são corporativas, a aproximação com pautas oficialmente públicas tende a trazer ganhos de legitimidade.** (MIQUETTI, 2016, p.19)

Ou seja, não só a finalidade pública, razão que constitui essas organizações, como também o fato de se relacionar com pautas em grandes áreas tal qual educação e cultura através da aproximação com entes públicos relacionados a gestão desses setores são fatores de legitimação de sua atuação. Com essa aproximação busca-se o alinhamento com o desenvolvimento de políticas públicas, o que é possível observar na intenção dos próprios atores. De acordo com o Censo GIFE 2016, 73% dos respondentes concordaram que atuar em parceria com o poder público é necessário para conferir maior legitimidade às iniciativas. Esta noção, somado a intenção de um investimento social com maior “impacto, relevância, abrangência e diversidade” faz com que o alinhamento se torne agenda estratégica dessas organizações (SILVA E ANDRADE, 2016). Estas estratégias correspondem a formação, apoio técnico, articulação, disponibilização, apoio direto a equipamentos públicos ou projetos bem como o *advocacy* e avaliação de políticas, e correspondem a grupos distintos de uso pelos “investidores sociais” (ANDRADE, 2017).

Soma-se ainda a racionalidade de mercado que conduz a gestão dessas organizações (tida como eficiente) emprestada para aplicação em finalidades públicas, o que assegura a posição de equidistância entre mercado e Estado. Ainda assim, há de se ter em vista que esta legitimidade “não se define naturalmente pela competência técnica, mas é socialmente outorgada e, nesse sentido, ela depende do acúmulo de capital simbólico” (MICHETTI, 2016, p.22). Logo, o fato de algumas organizações deterem a expertise de atuação nessas agendas

não é o suficiente para a manutenção de suas posições. Nesse sentido, elas dependem principalmente das posições sociais que os indivíduos que nelas atuam possuem devido seu capital econômico e social. No recorte das instituições escolhidas, entende-se que a maioria já conta com um nível alto de acúmulo desses capitais (sobretudo o econômico), devido a sua ligação com o setor empresarial.

Histórico e desenvolvimento da educação: Da Escola Nova ao Neotecnicismo

Além da análise das principais organizações do terceiro setor e sua relação com entes governamentais, também pretende-se nessa pesquisa fazer um breve levantamento e análise dos projetos educacionais para entendimento das diferenças e semelhanças entre os atores, bem como apontar em qual concepção as tentativas de reforma da educação fazem defesa se inserem. De forma a subsidiá-la, nesta seção é feito uma breve síntese das referências que tratam do desenvolvimento das ideias sobre educação no Brasil.

Como referência sobre o desenvolvimento destas ideias, destaca-se principalmente o trabalho de Dermeval Saviani (2008), que ao conceber a escola como uma realidade histórica, determinada socialmente de acordo com o conflito de interesses que caracteriza a sociedade em dado momento, se debruça sobre as concepções hegemônicas e alternativas do trabalho pedagógico no Brasil desde a colonização. Como ressalta o autor, citando Luiz Antônio Cunha, o objetivo principal do trabalho consiste em “compreender e explicar o modo de funcionamento da educação e não orientar a forma de realização da prática educativa.” (SAVIANI, 2008) sendo, portanto, teorias “sobre a educação” e não teorias “da educação”.

Uma vez que o desenvolvimento da educação é um movimento histórico contínuo, optou-se pelo entendimento desse processo a partir da segunda metade do século XX. Segundo Saviani (2008), o período a partir dos anos 60 ocorre uma transição do movimento da escola nova para a concepção pedagógica produtivista e tecnicista. A primeira, sustentada durante a década de 1930 até 1960 por expoentes como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, foi marcada por um movimento renovador da educação pública brasileira. Dentre diversos aspectos, era defendida em seu Manifesto⁴ a educação como uma função essencialmente pública e autônoma, e a escola como uma instituição laica, gratuita e obrigatória a todos. Já a segunda, associada ao regime militar de 1964, tem suas bases de acordo com a concepção positivista e incorpora princípios gerais de eficiência, racionalidade e

⁴ Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>

produtividade na função escolar. Essa concepção tecnicista da educação associa-se principalmente a elevação da produtividade do sistema escolar:

Difundiram-se, então, ideias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo) que, no campo educacional, configuram uma orientação pedagógica que podemos sintetizar na expressão “pedagogia tecnicista” (SAVIANI, 2008, p.369).

Para sustentar essa concepção, Saviani destaca a emergência de publicações editoriais como o livro “Valor econômico da educação” e “O capital humano: investimentos em educação e pesquisa”, ambos de Theodor Schultz. O surgimento da pedagogia tecnicista, de acordo com o autor toma corpo com as Reformas de Ensino guiadas por Valnir Chagas através do Conselho Federal de Educação (CFE), tendo como base esses princípios e também a objetivação do trabalho pedagógico, pilar da concepção tecnicista, que se assemelha a transição do modo de trabalho artesanal para o fabril; se antes “os instrumentos de trabalho eram dispostos em função do trabalhador e este dispunha deles segundo seus desígnios, na produção fabril essa relação é invertida. Aqui é o trabalhador que deve se adaptar ao processo de trabalho, já que este foi objetivado e organizado na forma parcelada” (SAVIANI, 2008, p. 381.). Objetividade esta que tem por objetivo “minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência”.

Mas qual o real impacto em sala de aula, no processo de aprendizado e na relação professor aluno na concepção educacional tecnicista? Conforme conclui Saviani,

Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor, que era, ao mesmo tempo, o sujeito do processo, o elemento decisivo e decisório; e se na pedagogia nova a iniciativa se desloca para o aluno, situando-se o nervo da ação educativa na relação professor-aluno, portanto, relação interpessoal, intersubjetiva; **na pedagogia tecnicista o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o alunos posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais. A organização do processo converte-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção.** (SAVIANI, 2008, p. 382, grifo nosso)

Os anos 1990 trazem consigo uma alteração na busca dos princípios da educação tecnicista. Se na década de 70, o empenho na padronização e na busca da elevação do desempenho do sistema público de ensino era um processo perseguido pelo Estado, agora ganha novos contornos, que resulta em um novo deslocamento da função educacional:

Redefine-se, portanto, o papel tanto do Estado como das escolas. Em lugar da uniformização e do rígido controle do processo, como preconizava o velho tecnicismo inspirado no taylorismo-fordismo, flexibiliza-se o processo, como recomenda o toyotismo. Estamos, pois, diante de um neotecnicismo: o controle decisivo desloca-se do processo para os resultados. É pela avaliação dos resultados que se buscará garantir a eficiência e a produtividade. (SAVIANI, 2008, p. 438).

Nesse novo recorte, destacam-se também os trabalhos de Freitas (2014), ao destrinchar os impactos na educação dessa concepção pedagógica que funde a “racionalidade liberal” com aspectos similares da “escola tecnicista” e assim resultam no “neotecnicismo educacional”,

procura-se difundir que a questão da educação se resolve a partir de uma gestão eficaz das mesmas formas vigentes de organização pedagógica, associada a novas tecnologias educativas, responsabilização, meritocracia e privatização, motivando a consolidação de um neotecnicismo educacional (FREITAS, 2011), em um grande movimento para adaptar as escolas às novas exigências da reestruturação produtiva e da promoção do aumento da produtividade empresarial. (FREITAS, 2014, p.4).

Essa nova concepção pedagógica seria implementada na educação pública a partir de organizações representativas do setor empresarial e das reformas do ensino que propõem, reformas essas que atingem diversos níveis de ensino e são caracterizadas por como esforços suprapartidários e sem ideologia, ainda que estejam amparados em um lastro de princípios educacionais (FREITAS, 2014).

Terceiro Setor na Educação: Motivação, estratégias e tendências de atuação.

Conceber a escola como uma realidade histórica (Saviani, 2008) implica compreendê-la como uma instituição que é produto de uma correlação de forças, onde se inserem outros agentes que a tem enquanto objeto de disputa historicamente e vão desde movimentos sociais, partidos, sindicatos, ONG's até o empresariado e “empreendedores sociais”. As políticas educacionais logo são, ao mesmo tempo, meio e produto onde diversos discursos fluem e disputam credibilidade (BALL, 2014). Nesta seção, busca-se traçar um panorama bem como ilustrar historicamente as formas, meios, estratégias e principalmente o por quê das principais organizações do terceiro setor ligadas ao empresariado atuarem nas políticas educacionais em detrimento de outras esferas.

Uma das principais razões levantadas que sustenta a atuação na esfera educacional está intimamente ligada com a visão próxima ao “senso comum” dos seus impactos na

sociedade. Desse ponto de vista, a educação é apresentada no debate público no Brasil contemporâneo como “remédio” de todos os nossos males (SOUZA, 2008, p.17), em uma concepção que abstrai sistematicamente os indivíduos de seu contexto social e pensa a escola de uma forma isolada, ou no limite, como desprovida de conflitos e dinâmicas complexas que a regem. Tal forma leva ainda a compreender qualquer iniciativa que pautar qualidade da educação com bons olhos, sem que se discuta em quais termos ela é proposta, bem como uma relação direta da melhoria da qualidade educacional com aspectos estruturais como a desigualdade econômica, desconsiderando os fatores que a geram.

Os desdobramentos dessa visão levam a educação ser uma das principais pautas em debate no ambiente político, fato que é relevante enquanto motivação para atuação dessas organizações. Um exemplo para observar isso está presente no manual produzido pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social, denominado *O que as empresas podem fazer pela educação*,

Atualmente, na América Latina e no Brasil, especialmente, todas as atenções estão voltadas para a educação, que deixou de ser assunto menor e passou a ter maior legitimidade política, mobilizando a sociedade em geral e os governos em todos os seus níveis. Isso significa uma grande oportunidade para promover transformações estruturais e conhecer melhor as restrições e limitações da área educacional. A primeira delas é poder perceber que a educação não se esgota em si mesma, mas faz parte de um contexto social mais amplo. **Outra possibilidade é experimentar novas formas de gestão das políticas educacionais, em que a participação de novos atores é de fundamental importância para o alcance de bons resultados.** (ETHOS, 1999, p.11, grifo nosso)

O trecho da publicação de 1999 ilustra a motivação que expande a atuação do empresariado na educação, tanto por vias próprias quanto indiretamente através dos seus braços não lucrativos e é representativo da visão deste grupo. A “legitimidade política” que essa esfera ganha é motivo de atração, e nisso se sugere duas opções, a primeira corresponde a uma visão da educação que propõe seu entendimento a partir do contexto social, já a segunda é a que abre espaço para a atuação do empresariado e nesse sentido, é justificada a partir necessidade de introdução da gestão com único objetivo de alcance dos melhores resultados educativos. A publicação também ressalta que a participação de novos atores não tem o intuito de substituir o Estado, mas sim a disposição para atuar em questões de interesse coletivo. Para isso é sugerido a edição de parcerias entre empresas (ou organizações não lucrativas ligadas a elas) e escola, definida como um “regime de colaboração entre instituições que compartilham objetivos ou interesses em comum” (ETHOS, 1999, p.14).

Apesar de justificar a “responsabilidade social empresarial” a partir de motivos políticos, também se ressalta os impactos que essa associação com uma “causa nobre” gera na marca das empresas, afinal “Se o consumidor puder optar entre dois produtos similares de marcas diferentes — um que esteja associado a uma ação social e outro não — certamente escolherá o primeiro” (ETHOS, 1999, p.14). Com isso é possível notar como o distanciamento que as organizações não lucrativas criam do mercado não pode ser completo, conforme já ressaltado por Miquetti (2016) e também fica claro o que foi dito anteriormente sobre a mudança das demandas em relação as empresas que surge no bojo da redemocratização.

Em termos quantitativos, de acordo com o Censo GIFE 2016, 84% das organizações respondentes tem algum tipo de atuação na educação, sendo que 66% atuam através de projetos próprios e 44% por meio do apoio ao de terceiros, e praticamente a totalidade dos projetos é voltado ao ensino básico, o que mostra como essa é a principal área pela qual o empresariado está decidido “investir socialmente”. No Censo, isso é justificado principalmente pelo fato da “educação de qualidade” ser um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 4) estipulados pela ONU.

As estratégias usadas para atuação via programas e projetos são muitas. Podemos citar como principais: o ensino e capacitação de alunos(as), ações de mobilização, conscientização ou articulação, a promoção de eventos, palestras e seminários, a articulação de redes, elaboração de estudos e publicações bem como a confecção de materiais para serem usados em sala de aula, o desenvolvimento e transferência de tecnologia e metodologia, a formação de gestores escolares e professores, o *advocacy*, apoio financeiro a organizações e indivíduos, premiações, assessoria técnica para órgãos públicos, dentre outras.

O uso dessas diversas estratégias na rede pública de ensino se concretiza a partir das parcerias principalmente com as redes municipais de ensino, uma vez que a descentralização da educação transfere a gestão da educação básica nos seus anos iniciais aos municípios, e assim favorece a composição de arranjos locais de participação (ADRIÃO, BORGHI, 2008). Dessa forma, cria-se um campo extenso de atuação para organizações do terceiro setor em um país com uma vasta quantidade de entes locais como o Brasil.

Além da atuação em parcerias, que tem como objetivo a mobilização de estratégias junto ao poder público para mudança dos sistemas de ensino, a atuação política, através da pressão junto ao Estado em instâncias de decisão e formulação de políticas públicas – sobretudo as nacionais - é uma das práticas que mais merecem atenção.

Nesse sentido, nos interessa sobretudo as relações traçadas por essas organizações com o Estado. Essas podem ser marcadas pela atuação individual ou em conjunto, como através das coalizões advocatórias, conforme analisa Simielli e Alves (2001). Essas coalizões são formadas por indivíduos de diferentes tipos de instituições, empresas, universidades, organizações governamentais, centros de pesquisa, dentre outros. Quanto as coalizões são estudadas O Todos pela Educação (TPE) e a Campanha Nacional pelo Direito a Educação. No estudo de caso feito pelos autores, é ressaltado que ainda que conceitualmente sejam iguais, as duas se diferenciam a partir de sua origem e características. Enquanto a origem da Campanha está associada a participação de diversas entidades da sociedade civil como sindicatos e movimentos sociais, o objetivo de criação do TPE é uma tentativa de “organizar as ações de responsabilidade social corporativa” no campo da educação, onde já existiam diversas iniciativas privadas atuando de forma separada (SIMIELLI, ALVES, 2001, p.6). Logo, sua composição é quase que majoritariamente de indivíduos ligados ao setor empresarial, o que pode ser observado pelo seu conselho de governança e pela origem de seus recursos obtidos de empresas e institutos empresariais.

Ainda que iguais em termos de objetivo pela luta por uma educação de qualidade elas também se diferenciam quanto sua incidência na formulação de políticas públicas, devido a diferença de poder econômico e posição social. Nessa perspectiva, é apontado uma dominância da influência do Todos Pela Educação em relação a Campanha, exemplificada a partir da formulação do Plano de Desenvolvimento da Educação de 2007 onde houve participação quase que hegemônica do TPE, ao ponto de um dos documentos do plano ser batizado de “Programa de Metas Compromisso Todos Pela Educação”.

A conclusão dos autores chama a atenção sobre a incidência de empresas e organismos ligados ao empresariado como “atores políticos” de forma diferenciada a outros setores da sociedade civil,

o caso da coalizão Todos Pela Educação mostra que, em que pese trabalhar por uma causa meritória – a melhora da educação pública brasileira -, esta coalizão não deixa de tentar fazer valer um conjunto de ideias e visões de mundo (ideologias) que são caras ao conjunto das grandes empresas brasileiras. Mais ainda, mostra que o acesso a recursos e o trânsito com instâncias governamentais superiores imprime à esta coalizão uma capacidade de influenciar a formulação da agenda de maneira mais incisiva do que outras organizações ou coalizões da sociedade civil. (SIMIELLI e ALVES, 2011, p.15)

Situação parecida de influência política a partir na articulação conjunta entre organizações e esferas do Estado é possível de ser vista no Movimento Nacional pela Base Nacional Curricular Comum. Avelar e Ball (2017), em trabalho recente mostram, através do

uso de metodologias como etnografia de rede, como se estabelecem as relações entre indivíduos associados a organizações empresariais não lucrativas ligadas a “nova filantropia” às esferas decisórias como o Conselho Nacional de Educação e o Ministério da Educação, ambas principais instâncias decisórias das políticas públicas educacionais no Brasil.

O movimento criado em 2013 de acordo com os atores opera como um bloco que agrega os representantes de fundações e institutos privados, instituições de pesquisa e empresas com membros das mais diversas esferas de governo, configurando um novo espaço de confecção da política que é restrito a atuação deste bloco. As ligações entre esses atores são identificadas através de uma análise de rede, quanto mais próximo, mais conexões existem.

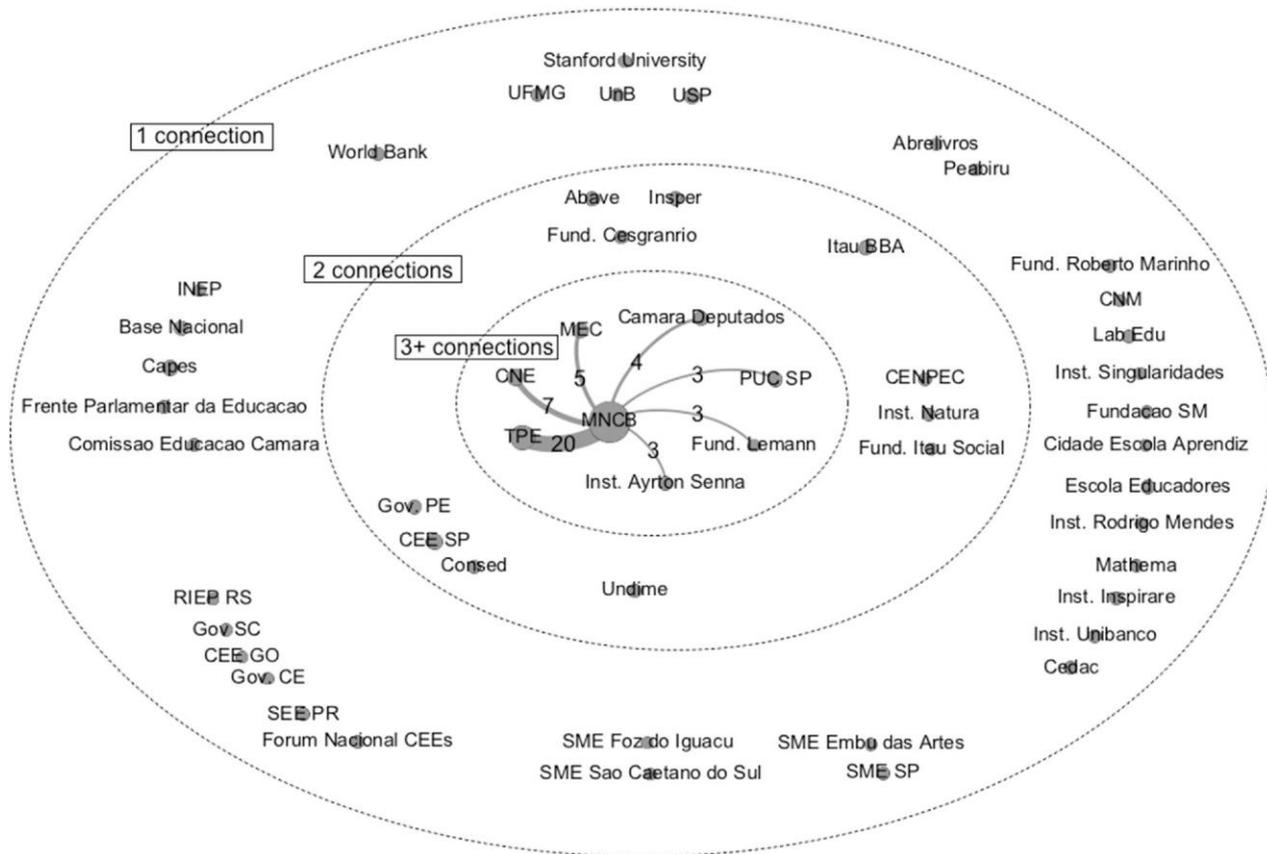


Figura 1: Análise de Redes do Movimento Nacional pela Base Nacional Curricular Comum.

Fonte: Avelar e Ball, 2017

Avelar e Ball (2017), ainda mostram como a relação de indivíduos e instituições tem aspectos transnacionais, não se limitando ao Brasil. Na conclusão, é possível enxergar como as racionalidades e práticas que cercam a confecção da Base Nacional Curricular Comum não

são locais, mas estão relacionadas a contextos globais, o que já é explorado por autores (SAHLBERG, 2011; GRAHAM, 2013), que apontam um movimento mundial em direção a reformas educacionais em larga escala com princípios como a padronização do ensino, políticas de responsabilização baseada em avaliação e uso de modelos de gestão baseados na racionalidade corporativa, denominada *Global Education Reform Movement* (GERM).

ANÁLISE PRELIMINAR

Levantamento dos principais atores do campo social da educação pública brasileira

A etapa apresentada a seguir foi desenvolvida com o objetivo de refinar o objeto de pesquisa apresentado. A partir de determinados critérios, foram levantados os principais atores (públicos e privados) atuantes no campo social estudado, que são pesquisados de forma mais aprofundada na segunda metade da pesquisa, através das entrevistas semiestruturadas e análise documental.

Dessa forma, foi possível chegar a quatro grandes grupos de agentes do campo educacional: (i) os Institutos e Fundações, que são envoltos na definição trazida no referencial teórico como “terceiro setor”; (ii) As instituições governamentais (iii) Entidades de representação dos gestores de entes subnacionais; (iv) Movimentos sociais e entidades representativas dos segmentos da comunidade educacional.

Nesta seção, buscamos justificar esse foco e apresentar as principais organizações que correspondem a esses grupos. É necessário ressaltar que o rigor metodológico para o levantamento no caso dos institutos e fundações foi maior pois até o momento não existe referencial teórico que tenha feito esse estudo comparativo. No caso dos outros três grupos, há literatura abundante que justifica a relevância das entidades apresentadas.

Institutos e Fundações

A começar pelos institutos e fundações que tem atuação na educação, o levantamento exploratório a partir de algumas variáveis é sintetizado a seguir:

Tabela 2: Levantamento Preliminar dos principais Institutos e Fundações atuantes no campo social da educação pública.

Nome	Ano	Tipo de Organização - GIFE	Escopo	Influência em políticas públicas	Incidência na Mídia	Menção em publicações
Fundação Lemann	2002	Fundação Familiar	Tecnologias Educacionais; Gestão Escolar; Desenvolvimento de lideranças; Políticas Públicas de Educação; Ensino Fundamental	Alto	44	16
Instituto Unibanco	1982	Instituto Empresarial	Gestão Escolar; Ensino Médio; Elaboração de pesquisas e publicações	Alto	62	11
Fundação Itaú Social	2000	Fundação Empresarial	Educação Integral; Mobilização Social; Gestão Educacional; Avaliação Econômica de Projetos Sociais.	Alto	10	18
Instituto Ayrton Senna	1994	Instituto Familiar	Educação Integral; Formação de Gestores e Educadores; Gestão da Política de Alfabetização; Superação Jovem; Gestores em Rede;	Alto	62	30
Instituto Natura	2010	Instituto Empresarial	Escola em Tempo Integral; Regime de Colaboração; Princípios de Comunidade de Aprendizagem;	Alto	2	4
Instituto Inspirare	2011	Instituto Familiar	Inovação Educacional	Médio	10	2
Fundação Telefônica Vivo	1998	Instituto Empresarial	Tecnologia e Inovação Educativa	Baixo	12	1
Instituto Península	2010	Instituto Familiar	Esporte e Educação	Baixo	5	2
Fundação SM	2009	Fundação Empresarial	Formação e valorização dos professores; Fomento à leitura; Apoio a projetos socioeducativos; e Apoio à pesquisa educacional.	Médio	4	1
Fundação Roberto Marinho	1977	Fundação Familiar	Educação de Jovens e Adultos e Qualificação Profissional	Médio	19	8
Fundação Arymax	1990	Fundação Familiar	Apoio a projetos sociais em diversas áreas	Baixo	---	1

Nome	Ano	Tipo de Organização - GIFE	Escopo	Influência em políticas públicas	Incidência na Mídia	Menção em publicações
Fundação Vale	1968	Fundação Empresarial	Desenvolvimento Territorial. Na educação: Formação de professores, educação de jovens e adultos e valorização da leitura	Baixo	---	5
Fundação Victor Civita	1985	Fundação Familiar	Publicações e reconhecimento de ações no campo da educação	Baixo	13	6
Instituto Votorantim	2002	Instituto Empresarial	Diversas áreas temáticas. Na educação mobilização social e fortalecimento da gestão escolar.	Médio	---	1
Instituto Rodrigo Mendes	1994	Instituto Independente	Educação Inclusiva; Formação de Profissionais; Monitoramento de políticas	Baixo	---	---
Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE)	2003	Instituto Independente	Educação em tempo integral	Médio	---	3

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

As 3 primeiras variáveis a partir do nome estão relacionadas a características dos institutos e fundações. A idade das organizações nos dá uma melhor noção da abrangência de sua atuação. A maior parte tem surgimento a partir dos anos 1990 como já anteriormente apontado, em confluência com a mudança no período que marca o crescimento do terceiro setor e do “público não-estatal”. Já a categorização do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) nos traz a informação sobre a forma de gestão de cada uma, a maior parte sendo empresarial ou familiar (em geral ligada a família de empresários). O escopo nos mostra a área ou subárea temática que os projetos dessas organizações se inserem e nos ajuda a enxergar a diferenciação de atuação de cada uma. Têm-se como hipótese que apesar de atuarem juntos em determinados segmentos, há uma tendência para que cada organização se especialize em um determinado “nicho”. Isto é, há programas que são carro-chefe e assim constituem o objeto de maior investimento de recursos, é o caso por exemplo do Instituto Unibanco no escopo da gestão escolar, através de seu programa “Jovem de Futuro”.

As 3 últimas variáveis foram desenvolvidas para promover uma maior diferenciação da relevância de cada organização e merecem maior atenção. Uma vez que a maior forma de interferência no campo social da educação é via políticas públicas, a “influência” que cada agente pode exercer em sua formulação e implementação é de muita relevância. Esta variável constitui um juízo valorativo a partir de seus programas, pelas quantidade de parcerias que desenvolvem ou não com redes de ensino para sua implantação, bem como a incidência em instâncias decisórias, desenvolvido a partir de material documental como relatórios anuais e publicações acadêmicas. Quanto maior a aproximação do instituto ou fundação com o poder público através de parcerias ou presença na formulação de políticas, maior também é sua influência, seja a nível municipal, estadual ou federal.

A incidência na mídia é uma forma de enxergar a difusão de ideias via veículos de comunicação. Para compreender a repercussão das organizações, foi realizado uma pesquisa no acervo eletrônico do site da Folha de São Paulo do total de menções que são feitas a cada uma no campo educação. Os motivos para escolha desse veículo são sua ampla base de dados eletrônica (1994-2018), o caráter “generalista” do jornal, ao tratar de diversos assuntos, e a grande circulação do veículo no país (ALVES, 2002a).

O Instituto Ayrton Senna e Unibanco a partir dessa análise, aparecem com maior repercussão na mídia. As matérias onde são mencionados variam entre informação sobre eventos promovidos pelos Institutos, notícias sobre novos programas executados e principalmente, participações de “especialistas” em matérias que discutem questões educacionais. É relevante destacar aqui duas matérias que exemplificam essa repercussão, a primeira é a entrevista da fundadora do Instituto Ayrton Senna, Viviane Senna a Folha de São Paulo⁵, onde é defendido a perspectiva de eficiência do setor privado nas escolas públicas; já a segunda é a repercussão da palestra do superintendente-executivo do Instituto Unibanco⁶, Ricardo Henriques, onde é defendido um modelo de padronização que vise o aumento do desempenho das escolas. Fica mais evidente com esses exemplos como a menção dos Institutos vem acompanhada da difusão de um conjunto de ideias a respeito da educação, propagada pelos seus representantes.

Estudos e publicações acadêmicas constituem a fonte de dados mais rica a respeito da

⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saber/1113704-precisamos-da-eficiencia-do-setor-privado-nas-escolas-diz-viviane-senna.shtml>

⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1676777-padres-democratizam-o-ensino-diz-executivo-do-instituto-unibanco.shtml>

atuação dos institutos e fundações e refletem o quanto a academia se debruça sobre determinadas organizações a partir da sua relevância. Assim, foi feito um levantamento de 45 publicações entre dissertações, teses e artigos e sistematizado a quantidade de vezes que cada uma é mencionada. Se destaca principalmente o Instituto Ayrton Senna (IAS), citado em mais da metade das publicações levantadas, seguido da Fundação Itaú Social. Um exemplo dessa forma de sistematização é apresentado na tabela a seguir:

Tabela 3: Forma de sistematização da menção em publicações

Título	Autor (es)	Data	Publicação	Organizações citadas
O "Programa em Excelência em Gestão Educacional" da Fundação Itaú Social no Pará: primeiras aproximações	Gabriel Pereira Paes Neto	2016	Artigo	Fundação Itaú Social, Fundação Roberto Marinho,
A atuação prático-discursiva da Fundação Lemann: O curso "Gestão para Sala de Aula" e o Movimento pela Base Nacional Comum	Leonardo Fujisima Yada	2016	TCC	Fundação Lemann;
Consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública	Theresa Adrião e Vera Peroni	2011	Artigo	Instituto Ayrton Senna; Fundação Lemann;
Ensino Médio no Brasil e a privatização do público: o caso do Instituto Unibanco	Maria Raquel Caetano	2015	Artigo	Instituto Unibanco;
Crítica a Concepção Empresarial de Educação: Uma contribuição da Pedagogia Histórico-Crítica	André Silva Martins e Leonardo Docena Pina	2015	Artigo	Fundação Lemann; Fundação Vale; Fundação Itaú Social;
A presença do setor privado na gestão da educação pública: refletindo sobre experiências brasileiras	Theresa Adrião e Denise Pinheiro	2012	Artigo	Instituto Ayrton Senna;

Fonte: Elaboração pelo autor, 2018.

Uma análise do conjunto das variáveis nos permite ter maior noção do papel de cada organização. Nesse sentido, destacam-se sobretudo Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social e Instituto Ayrton Senna. Todas possuem uma grande repercussão na mídia e são objeto de estudo na academia, além de influentes no campo das políticas públicas, o que é possível notar por exemplo pela presença no Movimento pela Base Nacional Comum, responsável pela articulação entorno da Base Nacional Curricular Comum que conta com representantes das 4 organizações e pela presença na composição da coalização do Todos pela

Educação (TPE). No caso específico do Instituto Natura, foi verificada uma alta incidência em políticas públicas, através da parceria com redes de ensino municipais pelo programa “Rede de apoio à Educação” e também pela presença do instituto no Movimento pela Base Nacional e no Todos pela Educação (TPE), ainda que seja uma instituição mais recente e com menos repercussão quando comparado as outras.

A relevância dessas cinco organizações levou à realização de um segundo levantamento de dados qualitativos que são sintetizados a seguir:

Tabela 4: Principais institutos e fundações atuantes no campo social da educação

Organização - logotipo	Missão*	Principais Programas que executa na educação	Organizações e ações que apoia	Entidades relacionadas ou parceiras
	Colaborar com pessoas e instituições em iniciativas de grande impacto que garantam a aprendizagem de todos os alunos e formar líderes que resolvam os problemas sociais do país, levando o Brasil a um salto de desenvolvimento com equidade.	Gestão de Sala de Aula; Programa Formar; Rede Conectando Saberes; Talentos da Educação; QEdu; Khan Academy;	Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC); Todos pela Educação (TPE); Elos Educacional; Geekie; Sincroniza; Letros; Programaê.	Fundação Telefônica Vivo; Instituto Natura; Instituto Península;
	Contribuir na garantia do direito de aprendizagem dos jovens na educação pública	Jovem de Futuro; Estudar Vale a Pena; Observatório de Educação;	Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC); Todos pela Educação (TPE);	Instituto Ayrton Senna; Instituto Inspirare; Fundação Itaú Social; Instituto Rodrigo Mendes
	Desenvolver, implementar e compartilhar tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da educação pública brasileira.	Jovens Urbanos; Prêmio Itaú-Unicef; Políticas de Educação Integral; Formação continuada de professores e gestores; Avaliações Externas do desempenho de alunos;	Todos pela Educação (TPE);	Instituto Ayrton Senna; Instituto Natura; Fundação SM;
	Promover o potencial transformador das pessoas por meio do desenvolvimento integral dos estudantes e educadores	Educação Integral para o Ensino Médio; Escola Campeã; Circuito Campeão; Acelera Brasil.	Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC); Todos pela Educação (TPE);	Instituto Natura; Itaú; P&G; LIDE; Allianz; Fundação Volkswagen; Droga Raia; Suzano;

Organização - logotipo	Missão*	Principais Programas que executa na educação	Organizações e ações que apoia	Entidades relacionadas ou parceiras
	Criar condições para cidadãos formarem uma comunidade de aprendizagem.	Trilhas; Escola Digital; Escola em Tempo Integral; Comunidade de Aprendizagem na Escola; Conviva Educação; Rede de Apoio à Educação;	Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC); Todos pela Educação (TPE);	Consed; Undime; Fundação Lemann; Fundação Telefônica Vivo; Instituto Ayrton senna; Fundação Itaú Social; Itaú BBA;

*A Coluna não corresponde necessariamente a missão institucional declarada, mas objetivos ou visão das instituições estudadas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Esse segundo levantamento serviu como base para entender o escopo de cada uma dessas organizações, seus programas e com quem atuam em formato de parceria. Uma primeira observação levou a constatar que a maioria das organizações parcerias ou apoiadoras dessas instituições correspondem a outros institutos e fundações pertencentes ao terceiro setor, ou a formas alternativas de atuação em rede, como o Todos pela Educação (TPE) e o Movimento pela Base Nacional Comum Curricular.

Dessa maneira, se manteve forte a hipótese de diferenciação de campo a partir da característica dessas entidades. Ou seja, que o seu formato (Institutos, Fundações ou outras), bem como a forma de financiamento (empresarial ou outro) influi muito em seu comportamento relacional no campo estudado. Essas e outras hipóteses do comportamento das entidades estudadas são melhor exploradas em um segundo momento através das entrevistas e a análise crítica de discurso.

Atores Governamentais

Além das fundações e institutos atuantes no campo social da educação, atores governamentais constituem parte do objeto de pesquisa estudado. Nesta seção se apresenta as principais organizações que se relacionam aos rumos da educação pública, de forma a justificar sua relevância enquanto entidades decisórias na formulação e implementação de políticas.

MEC – Secretaria de educação básica e Conselho Nacional de Educação

A edição das diretrizes nacionais de educação (tanto básica quanto superior) no Brasil

cabem ao Ministério da Educação (MEC), que é composto de duas instâncias decisórias principais: o gabinete do ministro e o Conselho Nacional de Educação (CNE). Enquanto o gabinete do ministro edita as decisões de forma individual, o Conselho Nacional é formado por duas câmaras, de educação básica e superior, cada uma com 11 membros. Dentre as 6 secretarias do ministério, se destaca Secretaria de Educação Básica (SEB), responsável pela gestão de políticas relativas ao ensino infantil, fundamental e médio.

Entender a atuação do Ministério e suas aproximações com outras organizações para a formulação de políticas é de fundamental importância, dado sua centralidade nas diretrizes nacionais da educação. Como breve exemplo do funcionamento do MEC, pode-se citar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que após ser aprovada pelo Conselho Nacional por 8 de seus membros, foi homologada pelo Ministério da Educação e será operacionalizada pela Secretaria de Educação Básica. Dessa forma, optou-se por apresentar essas instâncias de forma conjunta pela extrema conexão que possuem na formulação de políticas públicas. Entretanto, ainda é necessário ressaltar que o Conselho Nacional de Educação corresponde a um órgão de Estado cuja representação é composta pela sociedade civil. Dessa maneira, tem um formato que na concepção se distancia da função da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Entidades de Representação dos Gestores de Entes Subnacionais

Tecnicamente Undime e Consed são entidades da sociedade civil, mas na prática exercem a função de representação de gestores governamentais das esferas subnacionais. Essa é a principal característica que dá relevância e as transforma em organizações chave na dinâmica do campo da educação pública. Dessa forma, buscou-se nessa seção levantar brevemente o histórico e justificar sua importância no campo educacional hoje.

UNDIME

A União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME), é o órgão representativo das secretarias de educação dos 5.570 municípios brasileiros. Fundada em 1986, é uma associação civil sem fins lucrativos que tem por objetivo reunir e apoiar os gestores municipais e suas equipes, repassando informação e formação às secretarias municipais.

O surgimento da entidade está diretamente relacionado ao contexto de crescimento de municípios no Brasil e a municipalização ou descentralização da educação que ocorre a partir

da constituição de 1988 (OLIVEIRA, 2014). Sua importância decorre da função de mobilização e representação que exerce, articulando uma grande quantidade de redes de ensino, promovendo a troca e comunicação entre as secretarias e com organizações não governamentais, associações, movimentos sociais e o poder executivo. Também são responsáveis por influenciar não só políticas públicas de educação municipais, como estaduais e federais. Dessa forma, corresponde à principal forma de representação de um segmento do campo que é a educação municipal e os seus respectivos gestores, hoje responsáveis pela garantia da educação para 52% das matrículas⁷ que estão distribuídas nos 5570 municípios brasileiros nas modalidades de educação infantil e fundamental.

A entidade está presente em todos os estados do país através de suas seccionais, núcleos com autonomia administrativa, financeira e patrimonial que exercem a atuação na educação de forma descentralizada. A ampla notoriedade que a instituição têm hoje faz com que todas as políticas e programas formulados pela União e estados precisem ser articulado com a entidade para serem implementados (OLIVEIRA, 2014, p.14). De forma parecida, a confecção de parcerias das secretarias municipais com institutos e fundações muitas vezes passam através da entidade, dado sua centralidade na articulação das redes de ensino, quando não é feita pela própria UNDIME, a exemplo da plataforma Conviva Educação⁸, tecnologia de apoio a gestão das secretarias municipais de educação desenvolvida em parceria com a Fundação Lemann, Fundação Itaú Social e outras organizações. Entender a sua forma de relacionamento com agentes do terceiro setor passa então a ser de fundamental importância, sobretudo pela hipótese de que a representatividade que oferece dos dirigentes municipais é um elemento que confere legitimidade e capilaridade aos projetos e concepções de educação.

CONSED

De maneira análoga a UNDIME e fundado no mesmo ano, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) também constitui uma associação civil sem fins lucrativos que tem por objetivo congregar e articular as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal junto aos órgãos consultivos, deliberativos e demais instituições relacionadas à área da educação, atuando de forma propositiva na formulação de políticas públicas, conforme definido em seu estatuto⁹. Para isso realiza atividades como estudos sobre programas educacionais, participa da discussão, formulação, implementação e avaliação de

⁷ Fonte: Censo Escolar 2016. Ministério da Educação.

⁸ <https://convivaeducacao.org.br/>

⁹ Disponível em: <http://www.consed.org.br/consed/consed/missao-e-objetivos>

políticas, articula e coordena programas das secretarias estaduais, dentre outras ações. O escopo da entidade se diferencia uma vez que trata também de questões relativas ao ensino médio além do fundamental, competências estaduais definidas constitucionalmente.

Como a UNDIME, também tem papel central na disseminação de políticas e elaboração de parcerias das redes com institutos e fundações. Em seu próprio site, é possível encontrar a menção de parceiros como a Fundação Itaú Social, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann e Todos pela Educação.

Movimentos Sociais e Entidades Representativas da Comunidade Educacional

A inclusão desse conjunto de agentes foi um imperativo do desenvolvimento da pesquisa. A partir da revisão bibliográfica, foi notado a presença no campo social de um conjunto de entidades que se constituem enquanto movimentos sociais e formas de representação de segmentos da comunidade educacional. Dessa maneira, optou-se pelo breve levantamento e exposição das principais e sua inclusão na segunda metade do trabalho, que consiste no desenvolvimento das entrevistas e posterior análise. O foco de análise ainda permanece nos agentes privados (como especificado nas pergunta e objetivo da pesquisa), sobretudo institutos e fundações, mas pelo fato do campo social ser relacional, é necessário fazer o seu mapeamento incluindo esse conjunto de agentes.

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação é uma rede de articulação de movimentos sociais e entidades da educação. Em seu site, o objetivo é definido nos seguintes termos “A missão da Campanha é atuar pela efetivação e ampliação das políticas educacionais para que todas as pessoas tenham garantido seu direito a uma educação pública, gratuita, inclusiva, laica, e de qualidade no Brasil.”¹⁰

Compõem o comitê diretivo da rede onze entidades, entre ONG's e Movimentos sociais: Ação Educativa; Action Aid; Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca); Centro de Cultura Luiz Freire; Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (Cedeca-CE); Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE); Fundação Abrinq; Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (MIEIB); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); União dos Conselhos Municipais de

¹⁰ Disponível em: <http://campanha.org.br/quem-somos/a-campanha/>

Educação (UNCME) e União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME).

Conforme analisado por Simielli (2008), a Campanha pode ser analisada sobre a ótica de coalizões da sociedade civil na luta pela melhoria da educação pública, constituída por uma multiplicidade de atores. Dessa forma, é notável a contribuição que a coalizão têm na formulação de políticas públicas, como já previamente analisado por diversos autores (FROSSARD, 2015; MARTINS, 2009), o que justifica sua inclusão como agente relevante no campo social.

CNTE

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação é uma entidade que agrega as principais organizações sindicais de representação dos trabalhadores da educação. Conforme é destacado em seu site, são mais de 50 entidades filiadas e 1 milhão de trabalhadores representados a partir de suas ações “Estas entidades lutam pela valorização dos Trabalhadores em Educação, pautando-se pela mobilização, pela profissionalização, pela carreira, pelo piso salarial profissional nacional, pela garantia dos direitos sociais e pela ampliação dos espaços de cidadania.¹¹” (CNTE, 2018)

Como ressaltado no trabalho de Marcele Frossard (2015), a CNTE assim como a Campanha teve uma grande relevância nos processos de formulação do PNE de 2014. Portanto, a sua inclusão na análise do campo social foi motivada pela capilaridade e ampla representação de um dos principais segmentos da educação, o que lhe confere características de relevância para atuação no campo social analisado.

ANPED e ANPAE

Por fim, é necessário ressaltar a presença relevante das entidades de pesquisa no campo educacional. Vinculando professores, estudantes e pesquisadores, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) fundada em 1978 e a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), fundada em 1961 são os principais agentes de representação de quadros relacionados a pesquisa sobre educação.

O histórico de luta dessas entidades no que tange ao desenvolvimento das políticas educacionais também é mercante. Assim, constituem objetivos de sua atuação:

¹¹ Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/institucional/a-cnte.html>

“lutar pelo efetivo exercício do direito à educação de qualidade para todos, assegurada ao longo da vida, através de sua participação na formulação e execução de políticas públicas de educação e na concepção e adoção de práticas de gestão democrática, alicerçadas nos valores da justiça social, da liberdade e da igualdade de direitos e deveres na educação e na sociedade.”(Fonte: ANPAE, 2018)

O CAMPO SOCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: ANÁLISE CRÍTICA

Com base no levantamento preliminar realizado na seção anterior, foi dado um enfoque na segunda metade da pesquisa às organizações tidas como mais relevantes no campo. Através do contato com essas instituições, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (presenciais ou à distância) que buscaram entender de forma mais aprofundada sua formação e atuação, sozinhas e em relação às outras.

Em linhas gerais, as entrevistas buscaram sempre abordar 3 aspectos. Primeiro, buscava-se entender o espaço institucional do qual os indivíduos entrevistados eram provenientes. Dessa maneira, eram trabalhadas questões como escopo institucional, projetos passados e futuros, forma de organização interna, principais pautas de defesa na educação, entre outras. Em um segundo momento era trabalhada a noção de campo, de forma a entender como as instituições se reconheciam e quem reconheciam como iguais ou diferentes. O último aspecto trabalhado nas entrevistas era o tema específico de pesquisa, ou seja, a presença de atores da sociedade civil na agenda pública da educação e como agiam com relação ao poder público.

Com a transcrição das entrevistas foi possível fazer a análise a partir do método de codificação e chegar a um entendimento mais completo a respeito da dinâmica do campo social da educação, além de responder as principais perguntas de pesquisa levantadas. Dessa maneira, esta seção se dedica primeiro ao desenho e argumentação a respeito desse campo social analisando seus principais agentes, tendo posteriormente como sustentação os dados provenientes das entrevistas codificadas, o material documental, as notas de observação em campo e a análise destes à luz do referencial metodológico.

A relação das instituições e entrevistados está presente no Anexo 1, entretanto, nas citações utilizou-se códigos como “E1, E2” de forma a garantir o seu anonimato, sendo que estes códigos não correspondem a nenhum tipo de ordem.

No processo de codificação do material analisado, dois grandes tipos de categorias foram recorrentes. Primeiramente aquelas que dizem respeito a organizações ou instituições, e

correspondem à forma como os indivíduos entrevistados se relacionam. Esse primeiro tipo serviu sobretudo para a realização do primeiro objetivo deste trabalho que é a compreender como os principais agentes do campo educacional se constituíram e ocupam esse espaço hoje. O segundo tipo de categorias analisadas corresponde a categorias normativas, ou seja, a nomes que estão associados à ideias ou práticas e serviu a um outro conjunto de objetivos de trabalho que em suma, buscavam evidenciar os projetos educacionais que estão por trás dessas instituições e entender os pontos de convergência e divergência do campo.

Análise Crítica de Discurso: Categorias Institucionais Emergentes

A análise das categorias que correspondem a instituições é um dos pilares de argumentação a respeito da forma como se dá a dinâmica do campo social estudado. Nesse sentido, são apresentadas as principais instituições recorrentes nos discursos analisados e feito um esforço de teorização a partir da forma pela qual são citadas. Optou-se por começar com as categorias que se referem à atores governamentais, para posteriormente se dirigir a outras entidades que no juízo do autor possuem uma relação melhor definida no campo.

É importante ressaltar que tanto as organizações citadas quanto o tipo de relacionamento citado (exemplo oposição ou aproximação) correspondem a retratos atuais do campo a partir do que foi analisado. Por esse motivo, isso não significa que a dinâmica foi e será sempre essa e nem que os agentes mapeados sempre irão se relacionar de determinada forma. Pelo contrário, todo o conteúdo a respeito do campo social analisado pode se alterar, gerando novas análises e teorizações sobre a educação. Dessa maneira esse trabalho corresponde à um mapeamento que devido as fontes analisadas e recorte histórico dado apontaram determinados resultados e, portanto, não excluí formas de teorização dissidentes a respeito do campo social da educação.

MEC

A categoria institucional mais recorrente nas fontes analisadas corresponde ao Ministério da Educação. Como hipótese, já era presumido a centralidade desse órgão governamental que corresponde a principal instância de formulação e implementação das políticas e reformas educacionais.

As formas de relacionamento pela qual ele é identificado variam muito pelo tipo de agente e, principalmente, o momento histórico o qual é citado. Dessa maneira, reações de oposição são mais comuns por alguns devido o contexto sócio-político emergente após a

queda da presidente Dilma Roussef em 2016. Em compensação, quando citado em período anterior - como na confecção do Plano Nacional de Educação de 2014 - são visualizadas relações de aproximação e diálogo, sobretudo pelos movimentos sociais.

Uma das formas mais comuns de relacionamento, entretanto, sustentada tanto pelos institutos e fundações quanto com representantes do MEC nas fontes analisadas é de “proximidade e parceria”. O principal objetivo, conseqüentemente, desse tipo de relação é atuação conjunta como estratégia de confecção de políticas públicas, o que é possível enxergar por exemplo através da Olimpíada de Língua Portuguesa, desenvolvida durante o governo do Ministro Fernando Haddad. Conforme é destacado por alguns entrevistados e ilustrado no quadro 2, o que hoje é uma política pública de âmbito nacional nasceu do aproveitamento de uma “tecnologia social” já pronta no âmbito do terceiro setor, através da Fundação Itaú Social. Dessa maneira, esse tipo de relação categorizada como “proximidade ou parceria” ocorre quando já há interesse por parte de determinado agente, neste caso governo através do MEC em desenvolver um objetivo que paralelamente também está na sociedade civil, como institutos e fundações. Ocorre, portanto, um alinhamento de objetivos que culminam em uma estratégia de aproximação e um resultado, como uma nova política pública ou diretriz educacional.

Em termos históricos, é notado uma abertura para essa relação pelo próprio Ministério da Educação quando existe reconhecimento do que é produzido fora de esferas governamentais:

Então, tinha claro pra gente que o terceiro setor e a sociedade civil é parte viva da sociedade, que tá produzindo mudança, inovação e que a gente tinha que estar muito próximo pra ouvir (...) Então acho que é claro, tem coisas que a gente não consegue fazer mas que em parceria com a sociedade civil a gente dá capilaridade, a legitimidade e consegue atingir muito mais escolas, professores, gestores e etc. (Fonte: Entrevistado “E2”, 2018).

Quadro 2 – Relações de Proximidade e Parceria

Temas de 2ª ordem	Categoria Emergente	Dados Representativos	Fonte
Relações de Proximidade e Parceria	Ministério da Educação	"tem parceria com o governo federal junto com o MEC, especialmente com o suporte de duas políticas que são muito alinhadas com o que é prioridade para a Fundação Lemann, Base Nacional Comum Curricular e tecnologia nas escolas, desde o ano passado tem uma política do governo federal que chama educação conectada."	Entrevistado "E17"

	"O MEC entrar significa 2 milhões de alunos, 4 milhões de alunos, então, qual que é a questão. A gente não tem tempo, nos 4 anos políticos que a gente tem pra você ter a criatividade de desenhar um programa feito o escrevendo o futuro, mas se ele tá pronto no terceiro setor a gente tem a possibilidade de dar capilaridade pra ele, nós podemos levar pro Brasil inteiro, o poder público faz isso e isso que é o mais bacana."	Entrevistado "E2"
	"Tem as nossa parcerias de governo que são secretarias de educação. Tem o MEC por exemplo na olimpíada, a gente tem secretarias estaduais e municipais de educação..."	Entrevistado "E12"

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Observa-se o que a partir da gestão dos governos petistas e sobretudo, a partir da direção do ministro Fernando Haddad do MEC, esse tipo de relação e permeabilidade se tornou mais forte, o que é sustentado ainda pelo exemplo da olimpíada de língua portuguesa, naquele momento uma demanda direta da presidência da República que foi transformada em política pública através de uma relação de parceria com instituições do terceiro setor.

Se neste primeiro tipo de relação caracterizada o alinhamento de objetivos é comum, outras formas de dinâmica do campo educacional passam por uma aproximação dos agentes que tem finalidade de exercer influência em instâncias decisórias como o MEC. Nesse caso, o uso do advocacy ou outras estratégias são feitos de forma a influenciar a confecção das políticas educacionais.

Quadro 3 – Relações de Aproximação para Influência

Temas de 2ª ordem	Categoria Emergente	Dados Representativos	Fonte
Relações de Aproximação para Influência	Ministério da Educação	"Fortalecer o MEC, fortalecer o CNE, fortalecer o Consed e a Undime e apoiar esses caras, no que eles estiverem fazendo e tentando influenciar a visão deles com base em evidência, com base em informação."	Entrevistado "E15"
		"A atual formação do MEC tem uma simbiose muito grande com o Movimento pela Base, eu vejo até com um certo receio o fato de que essas organizações tem tido um diálogo muito mais frequente e influente com o MEC do que organizações tradicionais do campo educacional brasileiro. Associações como ANPED e ANPAE tem tido uma influência muito menor do que deveriam nesse assunto."	Entrevistado "E16"
		"Claro, se for um desses grandes institutos e fundações o MEC sempre recebe mais rápido porque sabe quem é, porque conhece, porque. Então nessas horas, não é só o projeto deles que é muito legal e aí fica mais fácil de você entrar, não, é porque ele tem realmente uma força política conquistado de diferentes maneiras e consegue entrada mais fácil."	Entrevistado "E2"

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Neste caso, a influência de institutos e fundações por exemplo é apontada como fruto

do acúmulo de força política, derivada do lugar institucional que ocupam e pela sua proximidade à entidades presentes no mercado como empresas e bancos. Além disso, é possível ressaltar que a entrada dessas instituições em um primeiro momento motivada pela proximidade de objetivos e parceria é o que consolida uma maior possibilidade de influência em outras pautas.

Caracterizado por determinados agentes como um “espaço de diálogo e possibilidade de dissenso”, algumas relações estabelecidas pelos atores do campo com o MEC correspondem a momentos em que é garantida a proximidade mas também respeitado o dissenso fruto de um ambiente plural. Em parte das entrevistas analisadas, sobretudo aquelas realizadas com as entidades de representação de base e movimentos sociais, exemplos desses espaços apontados são as Conferências Nacionais de Educação e o Fórum Nacional de Educação. Ambas as instâncias são espaços colegiados de representação da sociedade civil de diversos seguimentos, onde são geradas definições de políticas e consensos entorno do que deve ser prioridade na educação básica. O uso desses espaços é exemplificado muito no processo de confecção do Plano Nacional de Educação Básica de 2014, onde foram apresentados documentos produzidos nas CONAE’s para o MEC e levado em consideração o que foi pactuado na sociedade civil para a produção de uma política de Estado (FROSSARD, 2015).

Esse tipo de relação é especialmente apontada pelas entidades de base como a forma mais democrática de relacionamento entre sociedade civil e órgãos de governo como o MEC no campo da educação e associada amplamente a esse momento de elaboração do PNE 2010, durante o segundo Governo Lula e primeiro Governo Dilma.

Quadro 4 – Relações de Diálogo com Dissenso

Temas de 2ª ordem	Categoria Emergente	Dados Representativos	Fonte
Relações de Diálogo com Dissenso	Ministério da Educação	"e o ministério da educação dialogava com essas entidades, porém publicamente com a mesma possibilidade, nós tínhamos a possibilidade de levar o dissenso, tanto que no fórum nacional de educação estávamos todos, as fundações estavam lá com seus representantes, o sistema S, as federações de empresários e as entidades ligadas a escola pública (...)"	Entrevistado "E14"
		"vai depender do ministro, porque o ministro pode, no caso do plano nacional de educação, pra fazer a minuta que foi pro congresso em 2010, nisso tinha reunião com os secretários municipais de educação que era Undime, com secretários estaduais que era Consed, com trabalhadores da educação que era a CNTE, com o Todos pela Educação que representa os empresários, os movimentos dos empresários, com as universidades, eaí a cada rodada de conversar tinha alguém ali anotando pra colocar como sugestão na minuta que foi pro	Entrevistado "E2"

		congresso."	
		"Mas o que eu quero dizer é, dentro do ministério tem que ter essa instância do diálogo, isso não quer dizer que o diálogo vai chegar cem por cento pronto, porque nunca chegar, avança em alguns pontos e onde não se avança com o executivo, se debate no legislativo."	Entrevistado "E7"

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Da mesma forma que existe a valorização do espaço de dissenso enquanto ele garante a presença de todos os atores do campo, o contrário disso ou a sua não existência, leva a consolidação de relações de oposição e nesse sentido a discussão sobre legitimidade aparece como uma forma de divisão entre os agentes. Esse caso específico de relação parece ter reconfigurado o campo educacional, sobretudo a partir da mudança de contexto político em 2016. Dessa forma, tanto o diálogo entre MEC e entidades de base se fechou, o que foi ocasionado em um primeiro momento principalmente pela mudança nas regras do funcionamento do Fórum Nacional de Educação, quanto a aprovação das principais reformas da educação nesse período – Base Nacional Comum Curricular e Reforma do Ensino Médio – tidas como políticas ilegítimas e que não atendem a uma relação de consenso do campo educacional, como no PNE de 2014.

Quadro 5 – Relações de Oposição por Ilegitimidade

Temas de 2ª ordem	Categoria Emergente	Dados Representativos	Fonte
Relação de Oposição por Ilegitimidade	Ministério da Educação	"(...) depende muito também do quanto o governo tem um olhar democrático ou não, então a gente nesses últimos anos a gente se recusa a participar de mesas de diálogo com o ministério da educação porque a rede da Campanha não considera o governo Temer um governo legítimo então a gente não senta na mesa do ministério com o ministério da educação porque a gente não vai legitimar as pautas que eles trazem, justamente porque a maioria delas, quase todas são contrárias ao que a gente vem trabalhando até aqui, todas as perspectivas de direito à educação."	Entrevistado "E11"
		"(...) mais recentemente o diálogo foi interditado com uma parte, a nossa retirada e nenhum esforço do ministério da educação pra recompor qualquer diálogo às entidades defensoras da escola pública faz com que eles nesse momento muito provavelmente estejam dialogando com as fundações, mas você teria que perguntar pra eles isso, não sei dizer como é que eles fazem, sei que me parece que tem um diálogo que perdeu um lado das posições que são legítimas dentro da sociedade brasileira."	Entrevistado "E14"

		"Acontece, tem setores que não foram ouvidos, que sequer puderam entrar no MEC pra fazer esse debate e tem setores que foram recebidos com o tapete vermelho. E por isso se discute a legitimidade, isso tá representando quem? A gente sabe quem. Então acho que é necessário ter muito claro que quando você está no governo você está no governo da República, tem que ouvir todos mesmo os que não concorde. Você pode falar não concordo com nada que você falou mas ele tem o direito de chegar, de apresentar e de ser ouvido, eu vou receber o documento dele e vou falar não vamos incorporar isso, procure o Congresso. Tanto na Base quanto no Ensino médio, não aconteceu dessa forma."	Entrevistado "E2"
--	--	---	-------------------

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Assim, é observado que a atual organização do campo educacional, no que diz respeito à relação das entidades de base e o MEC tem por característica essa relação de oposição pautada no argumento da legitimidade, já previamente colocado como um fator organizador do campo, dado que consiste em uma estratégia de manutenção das posições sociais dos agentes nele presentes (MIQUETTI, 2016). Essa relação de oposição talvez seja o principal elemento para o seu desenho atual, pois consiste em uma forma clara de diferenciação entre os três principais tipos de agentes analisados.

Para além das formas já apresentadas, uma última categorização diz respeito as formas institucionalizadas de relacionamento, a exemplo da maneira específica como Undime e Consed dialogam com o Ministério da Educação. Por serem entidades de representação da educação municipal e estadual, respectivamente, foi notado que por mais que questões políticas apareçam na gestão das entidades, a linha de diálogo não possui grandes alterações com relação ao MEC, dado que ele tende a ser mais institucionalizado. Assim, consiste em uma forma de interlocução dos principais segmentos da educação básica e dos entes subnacionais com o governo federal, existindo um maior envolvimento dessas entidades na tomada de decisão.

Quadro 5 – Formas de Diálogo e Interlocução Institucionalizada

Temas de 2ª ordem	Categoria Emergente	Dados Representativos	Fonte
Diálogo e Interlocução Institucionalizada	Ministério da Educação	"Nós temos alguns grupos de diálogos muito fortes, nós temos o próprio comitê de implementação da BNCC, que são instâncias, nós temos GT's de elaboração de documentos em parceria com o MEC que a gente senta quinzenalmente, mensalmente. Hoje a relação já foi no passado da gente ficar sabendo pela imprensa de um documento, de um decreto de uma resolução. Hoje ela é totalmente trocada, construída."	Entrevistado "E9"

		"É, depois no Fernando Haddad ficou bem mais institucionalizada e organizada, depois até com relação ao FNDE também. Depois, daí ficou mais frequente, tentou-se manter a frequência depois com o Paim, depois deu uma desorganizada e agora vai depender da secretaria, tem algumas secretarias que a gente não consegue, que não é tão frequente e outras que são mais frequentes, então vai depender, então não está tão institucionalizada assim, vai depender de secretaria pra secretaria. Mas a gente continua mantendo o diálogo sim."	Entrevistado "E6"
		"Sim, são vários os conselhos dentro dos ministérios em que Undime e Consed participam direto, você tem uma ação institucional já instalada"	Entrevistado "E5"

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Por fim, a última categoria de relação que se verificou a partir da codificação que tem por base o MEC, foi a de dependência e subserviência institucional, o que se aplica em específico no caso do CNE.

Quadro 6 – Relações de Dependência e Subserviência Institucional

Temas de 2ª ordem	Categoria Emergente	Dados Representativos	Fonte
Dependência e subserviência Institucional	Ministério da Educação	"(...) vamos colocar uma parte dessas discussões, dessa ponderação nas mãos da sociedade civil, mas na mão de técnicos, de gente que trabalhem com ele e podem fazer uma apreciação e eventualmente até criticar o MEC, quer dizer, que aquilo não é possível, que está ferindo outras normas e assim e diante, esse é o papel que cabe ao CNE, então quer dizer, o próprio legislador já pensou essa instância do CNE como uma instância fora do MEC. Agora tem um problema aí, o CNE, ele depende do MEC por exemplo na parte de recurso, o CNE não tem recurso muitas vezes pra fazer as tarefas, aquilo que a legislação pede pra fazer. Então o CNE faz audiências, etc, sempre dependendo de recurso do MEC, então quer dizer o legislador pensou pela metade, ele não deu autonomia que o CNE deveria ter pra poder executar integralmente aquilo que é tarefa do CNE."	Entrevistado "E13"
		"CNE pretende ser um órgão de Estado mas acaba dependendo do MEC e sendo subserviente. Não é tão independente quanto queria. Tanto que os pareceres pra virarem norma dependem de homologação. Igual poder legislativo, no caso a gente não pode nem derrubar uma não homologação, tem uma certa analogia. (...) a educação básica tem uma vibração mais forte em relação ao MEC, mas tradicionalmente muito alinhado, órgão de estado é muito mais expressão do que realidade."	Entrevistado "E16"

	<p>"A interlocução costuma ser uma interlocução quanto mais independente e quanto mais solto o Conselho, melhor é a interlocução, mas ela é mais áspera, ela é mais atritada (...) O que o MEC fez foi pegar proposta do CNE, pera aí e apresenta outra. (...) E o CNE tem que ser o espaço de representar toda a sociedade, porque é um órgão de Estado, não é órgão de governo. E a relação do CNE com o governo não foi boa, eles foram patrolados, passou uma patola em cima, um trator e nas próprias indicações que o governo dilma tinha feito, eles anularam essas indicações e colocaram pessoas mais do campo conservador. "</p>	Entrevistado "E2"
--	--	-------------------

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

O tema de 2ª ordem gerado a partir da leitura das categorias emergentes que relacionavam CNE e MEC constitui uma relação singular entre esses dois órgãos. O Conselho Nacional de Educação, conforme previsto no aparato legal que o cria é uma instância validadora das políticas do Ministério. Consiste, portanto, em um órgão colegiado com representação direta da sociedade civil que tem funções de Estado. Entretanto, o conteúdo analisado e o referencial de campo social levou a concluir que entre esses dois principais agentes uma relação de dependência institucional no que se trata dos recursos que, por exemplo, o CNE é dependente do MEC para obter e exercer essas funções, como também de subserviência no que é relacionado a grandes reformas da educação como a Base Nacional Comum Curricular e a reforma do ensino médio.

No caso dessas políticas, que também são apontadas e discutidas pelas entidades de base, a interferência do governo na composição do conselho¹² é interpretada como uma forma de alinhamento político que tem impacto nas funções de Estado. Com isso, a instância decisória estaria mais permeada do interesse de setores específicos da sociedade civil, em detrimento de um funcionamento mais republicano.

UNDIME E CONSED

Duas categorias institucionais emergentes e de vital importância para compreensão da dinâmica do campo educacional são Undime e Consed, como apontado na análise preliminar. Ambas as instituições compõem entidades da sociedade civil mas que possuem a função de representação de gestores governamentais, o que garante que desenvolvam diálogo e interlocução institucionalizada com órgãos como o Ministério da Educação.

¹² Ver: <http://painelacademico.uol.com.br/painel-academico/7176-apos-polemica-ministro-da-educacao-empossa-novos-conselheiros-do-cne>

Para além dessa função, ambas as instituições são meios de contato e capilaridade com dois entes subnacionais e significam, portanto, contato com as redes de ensino descentralizadas. Não à toa, as parcerias estabelecidas com eles são vistas como possibilidade de atingir e dar escala aos projetos educacionais o qual outros agentes defendem.

Apesar de formalmente iguais, a trajetória institucional das entidades se diferencia. No caso da Undime, apesar de criada em 1986, sua trajetória teve baixas que levaram por exemplo ao seu fechamento durante os anos 1990. Com a ajuda de organismos internacionais que naquele momento atuavam de forma assídua no campo da educação brasileira, a entidade foi recomposta,

Ela tinha acabado de ser reestruturada porque tinha ficado um ano fechada e aí teve um apoio do Unicef e da Fundação Ford para reestabelecer e criar a secretaria executiva aqui em Brasília, e ela renasceu pra ter essa organização aqui em Brasília e poder novamente criar rede de articulação de todas as seccionais com a Nacional. Então o primeiro ponto digamos assim foi esse "renascimento" em 1996, em agosto de 1996.” (Fonte: Entrevistado “E6”, 2018).

Hoje a Undime está presente em todos os estados com escritórios seccionais, o que permite dar capilaridade as ações desenvolvidas. Além disso, tem um papel fundamental enquanto instância validadora de políticas educacionais, no que concerne aos interesses dos municípios. Por esse motivo, atuar em conjunto com a entidade é de vital importância para qualquer outro agente do campo e isso é possível notar especificamente quando se olha as formas de relacionamento da entidade com outros atores. Ao mesmo tempo que faz parte do comitê diretivo de um movimento de base como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, desenvolve parcerias com diversos outros segmentos do campo educacional, inclusive institutos e fundações empresariais.

Quadro 7 – Relações de Proximidade e Parceria

Temas de 2ª ordem	Categoria Emergente	Dados Representativos	Fonte
Proximidade e Parceria	UNDIME	"Ela sempre existiu, a fundação, a gente começou com a Undime especificamente, apoiando a Undime São Paulo na realização do Fórum Undime São Paulo e depois a gente expandiu isso para a Undime como um todo, então hoje a gente apoia a Undime Nacional, nós somos parceiros da Undime Nacional e das 27 Undimes estaduais. E a gente apoia tanto na realização de atividades formativas, os fóruns, etc, quanto no dia a dia mesmo, então convidando pra eventos da fundação, trabalhando em parceria na disseminação de formações e etc"	Entrevistado "E10"

	"a gente tem a perspectiva dos gestores municipais que a Undime faz parte da rede, dos conselheiros municipais então assim, e dos acadêmicos também."	Entrevistado "E11"
	"Olha, as fundações começam a ser mais parceiras no começo aí dos anos 2000, 2005, 2007 (...) a primeira parceria institucional da Undime foi com a Fundação Itaú Social (...) Então hoje a Undime tem Instituto Natura, Fundação Lemann, a Fundação Itaú continua, Maria Cecília Souto Vidigal, é só abrir o site lá da Undime, até porque esses institutos e fundações através da Undime conseguem chegar no público alvo deles que são os municípios. Ninguém pode vender nada, a gente tem lá um estatuto de que tudo que é oferecido aos municípios é gratuito, então é uma ação que as fundações tem pra isso."	Entrevistado "E5"

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Portanto, nota-se que suas relações de proximidade e parceria se estabelecem em todos os sentidos do campo, mas isso não significa que sejam na mesma medida, uma vez que nas entrevistas em alguns momentos é apontado uma maior permeabilidade para os institutos e fundações empresariais. Se por um lado essas relações constituem formas de parceria e proximidade no campo, por outro também derivam em formas de aproximação que resultam em ganhos de legitimidade por parte dos agentes estudados, isso tanto em relação à Undime quanto ao Consed.

Quadro 8 – Relações de Aproximação para ganhos de legitimidade

Temas de 2ª ordem	Categoria Emergente	Dados Representativos	Fonte
Aproximação para ganhos de Legitimidade	UNDIME e CONSED	"Tem a questão do conhecimento que é absurdo de como educação se dá na ponta, da realidade do gestor educacional tanto municipal quando estadual, da legitimidade que eles tem de conversar com esses representantes e realmente definir bem as pautas e do poder de mobilização com certeza, acho que isso aí esbarra em legitimidade, como eles são os mais legítimos eles tem maior poder de mobilização."	Entrevistado "E10"
		"Eaí quando a gente faz uma parceria com o Consed e com a Undime é pela oportunidade que a gente tem de atuação nesse nível nacional, disseminando boas práticas, organizando iniciativas que podem impactar a todos, de uma forma que você levanta o padrão mínimo de qualidade (...) eles são o legítimo carro de comunicação do universo de redes com o governo federal e de parceiros como a fundação lemann."	Entrevistado "E17"

	<p>"Então, a Undime que seria a entidade que representa os dirigentes municipais da educação, ela que dá essa legitimidade do Instituto falar com os municípios, pelo Conviva. Mas aí tem um outro processo, porque como a Undime se relaciona com o Instituto Natura e outros por causa do Conviva, o Instituto Natura tem outras entradas com a Undime pra outros projetos. (...) Eu acho que a legitimação se dá via Undime e os contatos pelo Conviva são via Undime. Agora outros projetos não necessariamente acontecem via Undime."</p>	<p>Entrevistado "E3"</p>
--	--	--------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Nesse sentido, confirma-se uma das hipóteses a respeito da importância dessas duas entidades no campo. Para além da função de interlocução e representação dos maiores segmentos da educação básica, qualquer relacionamento com esses agentes significa uma outorga de legitimidade e validade para os projetos, pautas e concepções de educação que são implementados ou defendidos. Daí também deriva a disputa que ocorre pela influência e parceria com essas instituições e o fato de todos os atores, tanto governamentais como MEC e CNE, entidades de base como Campanha e CNTE, bem como os institutos e fundações citarem Undime e Consed como relevantes no campo.

É importante ressaltar novamente que essa perspectiva de atuação através de parcerias, sobretudo com agentes privados, nos casos de Consed e Undime, ganha uma nova dinâmica mais recentemente que corresponde ao tempo de amadurecimento e crescimento das próprias instituições do terceiro setor. Além disso depende também de uma abertura e preparo institucional dessas entidades para edição de parcerias. Conforme é ressaltado por um entrevistado,

o Consed ele evoluiu e assumiu hoje um papel muito de protagonismo e de influenciar as políticas públicas educacionais de uma maneira muito mais eficaz do que foi a tempos anteriores. O Consed geralmente se manifestava através de um posicionamento, de uma carta, de um ofício, de uma fala no Congresso, mas essa fala não tinha nenhuma materialidade, muito mais um discurso e a participação do terceiro setor ou dos próprios órgãos que compõem todo o escopo nacional não tinha uma institucionalidade, ele dependia muito de qual era o presidente da época. Se o Consed tinha um presidente mais ativo, mais participativo que ia mais para o debate isso crescia, se dependendo do perfil desse secretário ele era mais conciso o Consed retrocedia. **E a participação também do terceiro setor ela também é muito instável porque não tinha nenhum instrumento que institucionalizasse essa relação, não tinha uma gestão desse terceiro setor, era também de acordo com a decisão e não existia um instrumento formal, um termo de cooperação, e quando ele existia ele era frágil no sentido de que tinha um papel escrito e assinado mas muitas vezes ele não era tão vivenciado, era um documento.** (Fonte: Entrevistado "E9", 2018, grifo nosso)

Um exemplo do avanço da institucionalidade dessas parcerias é o lançamento dos grupos de trabalho internos do Consed, que servem como uma forma da entidade se lançar à frente na proposição de políticas e reformas educacionais. Conforme é destacado em entrevistas,

“os grupos temáticos ou grupos de interesses de políticas educacionais que seriam as prioridades do Consed de discussão de políticas públicas educacionais nacionais. A partir de que esses temas foram definidos o Consed entendeu que não poderia ficar a mercê da política definida pelo MEC, que ele deveria ser um influenciador dessas políticas.” (Fonte: Entrevistado “E9”).

Atualmente são sete principais temas trabalhados desta forma: Avaliação, Base Nacional Comum Curricular, Ensino Médio, Financiamento da educação, Gestão Escolar, Tecnologia da Educação e Formação Continuada de Professores. Em todos eles foram verificadas a presença e o apoio técnico e financeiro de institutos e fundações pertencentes ao campo. Em uma análise sobre os grupos de trabalho, foi categorizada também uma forma de aproximação e exercício de influência, dado que em alguns trechos é apontado como um meio de incidência em políticas educacionais.

Quadro 9 – Relações de Aproximação para Influência

Temas de 2ª ordem	Categoria Emergente	Dados Representativos	Fonte
Aproximação para Influência	CONSED	"A gente apoia dentro do instituto o Consed. Os conselhos têm GT's, então o instituto diretamente está envolvido com o GT de financiamento, então são pesquisas e formações que fazemos para todas as secretarias mas apropriando Consed, o instituto entra para apoiar o GT do Consed, então estamos apoiando o de financiamento e o de ensino médio. É outro jeito que temos de incidir em políticas públicas, por meio de formação dos técnicos das secretarias, fazendo seminários, fazendo formações, as vezes a gente faz pesquisa com eles e formações."	Entrevistado "E1"
		"E do Consed também, do Consed a gente sempre foi parceiro de alguns grupos de trabalho, dos grupos de trabalho das pautas que a Fundação apoia, então por exemplo o grupo de tecnologia que somos parceiros, o GT de currículo que existia no Consed, e era realmente nisso, são nessas pautas e a gente sempre trabalhou muito como facilitador de discussões (...)"	Entrevistado "E10"
		"sobre gestão escolar, ele recebe apoio financeiro e técnico do Instituto Unibanco, do Itaú Social e da Fundação Lemann, então a gente fez doações do Consed e a gente também aporta pessoas então recursos humanos, com pessoas que estão junto desse GT, desenvolvendo discussões, iniciativas junto com o técnico de cada um dos estados que	Entrevistado "E17"

		fazem parte do Consed para avançar naquela temática, então por exemplo no caso de gestão escolar no ano passado teve dois encontros (...)"	
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Essa forma de influência através da formação técnica e conseqüentemente, sobre as diretrizes educacionais e propostas de políticas públicas defendidas pelo Consed é reconhecido, mas justamente por ser algo que recai no apoio principalmente técnico, não é visto como algo decisório ou que altera o posicionamento da entidade diante das políticas educacionais,

“o terceiro setor apoia financeiramente e o Consed apoia, disponibilizamos técnicos nos estados e o conhecimento e o acúmulo e a experiência e se produz aquilo que de fato vai interferir na política pública considerando o peso o interesse tanto do setor público quanto do terceiro setor e vice e versa. (...) Do financiamento dos GT’s, das pesquisas, das viagens, eles tem a capacidade por exemplo de levar nossos secretários para Harvard pra fazer um curso de uma semana, querendo ou não, lógico, ele vai levar para a política que ele acredita e vai levar um grupo de formadores de opinião para conhecer aquela política então eles influenciam, eles conseguem influenciar.”
(Fonte: Entrevistado “E9”, 2018, grifo nosso)

Dessa maneira, confirma-se outra hipótese previamente levantada a respeito da força do argumento “pós-político” como uma forma de consensualização de políticas a partir de razões supostamente técnicas (SWYNGEDOUW 2010; MICHETTI, 2016), possível de ser verificado na forma de relacionamento apontada.

Institutos e Fundações: Análise das categorias institucionais emergentes

Da mesma forma que os atores governamentais e as entidades de representação previamente exploradas, um grupo de categorias institucionais corresponde à instituições do terceiro setor, especificamente institutos e fundações ligadas ao “investimento social privado” por parte de setores empresariais. Assim, buscamos caracterizar as relações estabelecidas no campo com esses agentes, repetindo o modelo de leitura feita com as categorias institucionais já apontadas. Nesse sentido, foi notado um menor número de formas relacionais emergentes, e por esse motivo, foi possível delimitar melhor a posição de campo o qual esses agentes ocupam.

Como previamente levantada, a hipótese de que essas instituições são reconhecidas

enquanto iguais no campo é confirmada. Assim, em vários momentos em que foi trabalhada a dinâmica de campo, nas entrevistas ou em outras fontes, foi notado que a citação desses agentes sempre compõe um bloco de reconhecimento muito específico que é restrito aos institutos e fundações em sua maioria empresariais. Também foi possível confirmar a partir da codificação em duas etapas a relevância dos agentes previamente analisados, conforme é representado no Quadro 10. Dessa maneira, os cinco principais agentes privados: Instituto Unibanco; Fundação Itaú Social; Fundação Lemann; Instituto Ayrton Senna e Instituto Natura foram amplamente citados como agentes de influência no campo.

Ainda assim, apesar desse reconhecimento em conjunto, outras instituições também foram citadas em menor grau enquanto relevância no campo, como Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Inspirare e Itaú BBA. A escolha pela manutenção das 5 organizações enquanto principais foi mantida por entender essas menções como residuais, ou seja, dado o volume de citações não podem ser consideradas categorias emergentes na análise de discurso ou no desenho do campo social. Essa escolha não significa que não sejam agentes relevantes, mas dado o recorte de análise feito que busca a priorização dos principais optou-se somente pela análise dessas outras instituições, para também não cair em um reducionismo do campo social estudado que é muito maior do que os limites da pesquisa sugerem.

Quadro 10 – Relações de Proximidade e Reconhecimento

Temas de 2ª ordem	Categorias Emergentes	Dados Representativos	Fonte
Proximidade e Reconhecimento	Fundação Itaú Social; Fundação Lemann; Instituto Unibanco; Instituto Natura; Instituto Ayrton Senna	“As organizações mais fortes aí acho que são o Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Anna Penido, com o Inspirare. É, eu acho que esses são os grandes players aí né.”	Entrevista do “E4”
		“Então hoje a Undime tem Instituto Natura, Fundação Lemann, a Fundação Itaú continua, Maria Cecília Souto Vidigal, é só abrir o site lá da Undime, até porque esses institutos e fundações através da Undime conseguem chegar no público alvo deles que são os municípios.”	Entrevista do “E5”
		“Nós temos como parceiros o Unicef então, a Fundação Itaú Social, o Instituto Natura, aí o Instituto Natura e a Fundação Lemann tem uma ação com a Nacional e com as seccionais que nos ajudam muito nesse apoio com as seccionais que é importante.”	Entrevista do “E6”

	“Olha eu considero que todos os nossos parceiros do terceiro setor são extremamente estratégicos e importantes, aí eu posso citar pra você, Instituto Unibanco, Fundação Lemann, Fundação Itaú Social, Movimento pela Base, Itaú BBA.”	Entrevista do “E9”
	"(...) acho que agora mudando pro terceiro setor eu acho que tem órgãos super importantes, outros institutos e fundações são muito importantes como sei lá, Instituto Natura, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Unibanco, instituto Ayrton Senna, a própria nova escola que é uma organização que se relaciona diretamente com os professores."	Entrevista do “E10”
	“As grandes, quais são, as que tem os maiores orçamentos, que é Ayrton Senna, que é diferente, Ayrton Senna está em outra caixinha, porque ela tem também, ela não tem um endowment, não tem um fundo garantido, ela tem que buscar recurso pra desenvolver o projeto. Mas a Lemann, a Itaú Social e a Natura tem financiamento garantido dos seus mantenedores.”	Entrevista do “E2”
	“Acho que em todos os casos, quer dizer, é muito importante pra universidade estar conectada com os problemas reais do mundo, então, eu acho que todas essas instituições seja o Itaú, seja a Lemann, seja o Ayrton Senna, seja o Unibanco, elas estão muito próximas (...)”	E15

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Apesar dessas formas de reconhecimento e proximidade enquanto iguais serem aplicadas na citação das relações do campo, também se faz presente formas de diferenciação. A especificidade no caso desse grupo de agentes é que eles são diferenciados a partir do segmento educacional o qual trabalham. Dessa maneira, não se pode considerar sua forma de atuação como um alinhamento simplesmente devido a suas características de formação, como serem institutos ou terem ligação com entidades do mercado. Internamente ao campo, suas formas de relacionamento umas em relação às outras são marcadas principalmente pelo escopo de educação que trabalham, como ensino fundamental, ou ensino infantil, quando não pela concepção ou pauta educacional que defendem, como competências socioemocionais e educação integral no caso do Instituto Ayrton Senna, gestão educacional no Instituto Unibanco e Fundação Itaú Social, tecnologia educacional na Fundação Lemann e educação em tempo integral no Instituto Natura.

Quadro 11 – Formas de Diferenciação por Segmento

Temas de 2ª ordem	Categorias Emergentes	Dados Representativos	Fonte
-------------------	-----------------------	-----------------------	-------

Diferenciação por Segmento	Institutos e Fundações	"Não sei o que motivou especificamente gestão. Eu sei que tem outras instituições que de fato tem programas de gestão, mas voltadas no ensino médio não. Então se perguntar, pensando Ayrton Senna, tão pensando competências socioemocionais, se você perguntar Fundação Lemann pra mim tem mais a ver com fundamental. E eles também tem um programa de gestão que acho que é mais voltado pra fundamental. Aí tem outras instituições que tem mais a ver com juventude, mais a escolha não sei, deve ser por conta do ensino médio. "	Entrevistado "E1"
		"Hoje a fundação Lemann tá muito focada na questão curricular, Natura tá muito focada em literatura em formação de leitores e em gestão municipal. O Ayrton Senna tá focado na correção de fluxo e distorção idade-série. Então tem a área de expertise, são especialistas em determinado... O Instituto Unibanco trabalha com juventude, com ensino médio. O Inspirare que hoje é um instituto forte trabalha com inovação, com tecnologia e agora com fundamental II, então tem sim uma especialização."	Entrevistado "E2"
		"(...) acho que todos tem as suas especificidades né, cada um é um pouco diferente, quer dizer, eu acho que por exemplo, enquanto que a Fundação Lemann ela tem mais advocacy, mais de definição das grandes políticas educacionais, o Instituto Ayrton Senna e Unibanco elas tem mais de desenvolvimento de soluções específicas pra problemas específicos né (...)"	Entrevistado "E15"
		"Porque os Institutos e Fundações se dedicam a determinadas áreas, então a Fundação Itaú Social ela se vê mais restrita a questão da educação integral e a determinadas ações que são mais antigas, como por exemplo a Olimpíada que a gente tem (...)"	Entrevistado "E6"
		"(...) eles escolhem um segmento, o Unibanco por exemplo, Itaú Unibanco ele escolhe o segmento ensino médio, a modalidade ensino médio, então a atuação dele está muito mais pro Consed do que Undime. (...)"	Entrevistado "E5"

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Fica mais delimitado e claro desta maneira os elementos que levam à proximidade e a diferenciação desse conjunto de instituições dentro do campo. Para além das relações de proximidade e diferenciação, uma forma de relação destoante analisada ainda em relação à esses agentes foi a de distanciamento ou oposição. Essas relações confirmam e demonstram onde podem ser visualizadas as principais disputas da educação dentro do campo estudado.

Quadro 12 – Relações de distanciamento ou Oposição

Temas de 2ª ordem	Categorias Emergentes	Dados Representativos	Fonte
Distanciamento ou Oposição	Institutos e Fundações	"(...) a gente vem vendo nesse governo especificamente uma abertura de espaço e de penetração e porosidade para os institutos e fundações empresarias. Então dentro disso foi crescendo o Todos pela Educação, a Fundação Lemann, o Instituto Unibanco, o Instituto Natura e o Instituto Ayrton Senna mais especificamente, também no campo da educação infantil a fundação Maria Cecília Souto Vidigal, né, também tem uma atuação que vem crescendo especialmente nesse governo (...)"	Entrevistado "E11"

		"Então Fundação Itaú, Fundação Lemann, todas essas fundações privadas que atuam na educação dentro do Todos pela Educação são nossos inimigos, são as pessoas que não podemos contar dentro daquilo que nós defendemos enquanto concepção pra educação que nós defendemos."	Entrevistado "E7"
--	--	---	-------------------

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

A primeiro momento, é notado que o distanciamento ou oposição decorre da origem dos agentes. Têm-se por exemplo a oposição aos institutos e fundações pelo fato de serem instituições ligadas ao setor privado, financiadas por entidades do mercado ou pelo empresariado, que em estariam aquém dos interesse público e, do contrário, carregariam bandeiras próprias à serem defendidas no campo. Além disso, como já previamente apontado em formato de hipótese, a principal motivação de disputas da educação está ligada as concepções educacionais que permeiam os discursos de todos os agentes. Essa questão em específico é melhor analisada na seção que traz um levantamento das categorias normativas sustentadas por todos os agentes.

Institutos e Fundações: Formas de Agregação

A atuação individual dos agentes que correspondem aos institutos e fundações representa uma parcela significativa do campo social estudado. Entretanto, durante a análise foi constatado que a atuação em bloco dessas instituições, representado principalmente pelo Todos pela Educação e o Movimento pela Base Nacional Comum Curricular compõe uma maneira de alinhamento entorno de objetivos comuns. No caso do Movimento pela Base, trata-se de uma articulação composta tanto pelos institutos e fundações como outros indivíduos ligados à educação como especialistas, acadêmicos e gestores, representados a partir de Consed e Undime. Já em relação ao Todos pela Educação, como previamente apontado a partir do estudo de Simielli (2008), é uma tentativa de aglutinação de esforços entorno de objetivos comuns por parte do empresariado que atua na educação. Observa-se, portanto, que ambas as formas de junção são meios voltados principalmente para a incidência política em pautas específicas. Foi notado também que esse tipo de articulação é responsável por imprimir dinâmicas dentro do campo social. Dessa maneira, também são identificadas relações de proximidade e diferenciação em relação à essas duas coalizões.

Quadro 13 – Formas de Alinhamento Institucionalizadas

Temas de 2ª ordem	Categorias Emergentes	Dados Representativos	Fonte
Formas de Alinhamento Institucionalizadas	Movimento pela Base e Todos pela Educação	"Uma das que a gente lidera é o próprio Movimento pela Base Nacional Comum Curricular, tem o site movimentopelabase.org.br em que várias organizações e atores, então tem professores, acadêmicos, professores da área de educação, tem organizações do terceiro setor e outras lideranças, tem organizações do governo, o próprio Consed e Undime apoiam e nessa a Fundação Lemann lidera a secretaria executiva (...)"	Entrevistado "E17"
		"A gente faz parte do movimento pela base de forma bem ativa, então que organiza e envolve várias organizações do terceiro setor, sociedade civil, enfim. Esse foi o nosso campo bem forte e paralelo a isso com o Consed aí já um campo de articulação com o Consed, Undime e a gente fez um parecer técnico para o CNE que estava aberto para os pareceres sobre a base do fundamental e fizemos um trabalho forte com o CNE sobre educação integral, desenvolvimento socioemocional, enfim, a gente teve aí bastante incidência na base por essa via(...)"	Entrevistado "E4"
		"Todos pela Educação sem dúvida, tem participação na articulação das diferentes instituições de toda a sociedade civil. Fundação Lemann, Itaú Social, Roberto Marinho, Instituto Unibanco."	Entrevistado "E8"
		"(...) Todos pela Educação que representa os empresários, os movimentos dos empresários, (...)"	Entrevistado "E2"

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Da mesma maneira quando são tratadas individualmente, a existência de divergências leva ao distanciamento ou oposição dessas coalizões por parte de outros agentes presentes no campo, sobretudo as entidades ligadas a base. Os motivos de distanciamento se devem tanto pela origem, mas principalmente pelas pautas que são defendidas nas coalizões, o que é possível de notar no caso da Base Nacional Comum Curricular principalmente. Nesse sentido, é observado que o fato de uma parte dos agentes reconhecerem o conteúdo que foi formulado e defendido pelo movimento como não convergente ao que outros segmentos da educação defendem, provoca essa oposição tanto à política defendida quanto em relação ao Movimento.

Quadro 14 – Formas de Distanciamento ou Oposição

Temas de 2ª ordem	Categorias Emergentes	Dados Representativos	Fonte
Distanciamento ou Oposição	Movimento pela Base e Todos pela Educação	"Uma coalizão do mesmo lado, uma coalizão do terceiro setor paulistano basicamente, com algumas pessoas de outros lugares, pra tentar fazer valer. (...) Tem um trabalho muito importante do investimento em pesquisa, em preparação de materiais, coisas que o MEC não teria condição de fazer, mas ele exerceu uma pressão muito forte, até pela pressa, o movimento estava muito	Entrevistado "E2"

	presente nesse aceleração por achar que era pior sem base do que uma base ruim."	
	" (...) assim por exemplo o Todos pela Educação ele tem outras organizações que integram, eles também tem outras, mas são todas organizações que são institutos e fundações então acaba que eles não tem essa penetração de olhares e especialistas. Eles não estão na base, não estão com capilaridade e não tem essa especialização de diversos olhares. "	Entrevistado "E11"
	"(...) acho que a organização por exemplo do Todos pela Educação passa por isso, por articular um setor da sociedade ligado aos empresários da educação que tem uma determinada concepção do que deve ser a escola pública."	Entrevistado "E14"

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Movimentos Sociais e Entidades Representativas dos Segmentos da Comunidade Educacional

Demonstrada a análise de categorias institucionais que se relaciona ao conjunto de atores do campo definidos como institutos e fundações, resta um último conjunto de instituições que previamente foram mapeadas enquanto movimentos sociais e entidades de representação da comunidade educacional. Da mesma maneira que na análise dos outros dois grupos, foi feita uma primeira leitura das categorias emergentes e um esforço de teorização para qualificar a forma com que essas instituições são citadas, por quem e com quem são citadas. Um resumo das principais conclusões é apresentada nesta seção.

A hipótese de reconhecimento dos agentes a partir da origem e características de formação se manteve durante a análise das relações de campo. Dessa maneira, foi constatado que o fato deles manterem relações de reconhecimento e alinhamento é decorrente de uma identificação política que os reúne entorno das pautas e concepções de educação que são defendidas no campo. Verificou-se também, que dá mesma forma que no grupo de institutos e fundações, dois tipos principais de relações prevalecem, reconhecimento ou proximidade e distanciamento e oposição. É necessário ressaltar que a categorização das relações feitas pelo autor não configura nenhum tipo de posicionamento estático, pelo contrário, pelo fato do campo social ser algo dinâmico, agentes que hoje atuam a partir de distanciamento, podem exercer aproximações com outros.

Quadro 15 – Formas de Proximidade e Alinhamento

Temas de 2ª ordem	Categorias Emergentes	Dados Representativos	Fonte
-------------------	-----------------------	-----------------------	-------

Proximidade e Alinhamento	Campanha Nacional pelo Direito à Educação; CNTE; ANPED; ANPAE	"Então, eu acho que os principais atores que fazem a diferença política na educacional, a gente tem a Campanha, não em ordem de importância porque é até difícil fazer esse tipo de classificação, cada um tem sua importância. A gente tem a Campanha a Undime, Uncme, Consed, o Conselho Nacional de Educação, a CNTE, muito fortes. Do ponto de vista o MIEIB e o MST, do ponto de vista nacionais quem tem maior poder de influência nas políticas educacionais, são esses grupos. (...)"	Entrevistado "E11"
		"(...) todos esses que eu mencionei eles tem uma atuação na sua área. A Campanha Nacional, a Rede Nacional pela Primeira Infância no caso da educação infantil específica, o MIEIB, na questão também da educação infantil, porque a Rede Nacional pela Primeira Infância era toda a primeira infância e pega além da educação né. Então eles vão discutir a primeira infância como um todo. O MIEIB fica mais na parte na questão de educação infantil, a Campanha Nacional pelo Direito a Educação, o Consed, a Undime, a Uncme, o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais, a própria CNTE na questão da valorização profissional (...)"	Entrevistado "E6"
		"Do nosso campo de atuação relevantes são as entidades sindicais que atuam junto conosco na educação básica como a CONTEE por exemplo, o SINASEPE e na educação superior como a CONTEE atua também nesse processo, o pró IFs também então essas entidades junto com associações de pesquisa como a ANPED a ANPAE a ANFOPE o SEDs o FórumDi que é o fórum de diretores de faculdades de centros de educação de universidades públicas, então esses são os parceiros que do nosso campo estão aí. (...) aí envolve centrais sindicais, alguns movimentos como o MST, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura CONTAG, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Movimento Interfóruns de educação infantil, MIEIB, os fóruns de EJAS, todos estes são parceiros em defesa daquilo que defendemos para a educação pública em nosso país."	Entrevistado "E7"
		"Olha, tanto a CNTE, quanto a Campanha Nacional pelo Direito a Educação são atores também importantes, no campo das discussões e dos posicionamentos."	Entrevistado "E9"

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Nota-se que o reconhecimento entre esses agentes deriva de três questões principais. A primeira delas se relaciona à sua origem, na maior parte movimentos com histórico de representação de segmentos da comunidade educacional, ou organizações com trajetória de defesa de direitos sociais. Isso fica mais nítido pela citação a respeito da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que apesar de se constituir como um agente, representa através do seu corpo diretivo outras onze instituições como CNTE, Undime, Uncme, MST, MIEIB, Fineduca e Ação Educativa. Também é necessário destacar a presença das entidades de pesquisa, sobretudo ANPED e ANPAE que constituem também agentes tradicionais de representação da academia e que tem uma contribuição no desenvolvimento das pautas desse eixo do campo tanto através da pesquisa quanto pela sua interlocução com os movimentos de

base.

A diferenciação desses agentes enquanto representação de segmentos da educação aparece na fala dos agentes estudados quando são reconhecidos como “tradicionais” ou “entidades de base”. Para além da questão de identificação, é ressaltado que essa característica confere formas de funcionamento diferenciados, a exemplo da pactuação de pautas internas para que posteriormente haja sua defesa,

Então ele não só faz isso como ele é um mecanismo que foi pactuado na sociedade e **a Campanha tem esse poder de conseguir fazer essa pactuação porque como a gente é uma rede que tem todos esses olhares de diversos ângulos para cada uma dessas etapas e modalidades da educação**, a gente consegue fazer todo um processo de pactuação dentro da rede da Campanha pra seguir com uma pauta conjunta, então o CAQi representa muito isso. (Fonte: Entrevistado “E11”, 2018, grifo nosso)

Para além desse elemento, é notado o reconhecimento desses atores a partir das suas estratégias de atuação. A grande parte deles reconhece como principal forma de defesa da educação a incidência em instâncias decisórias como a Câmara dos Deputados, Senado Federal e também o Poder Judiciário, conforme é ressaltado “a Campanha tem muito trabalho lá no Congresso, a gente faz essa interlocução com o executivo de forma mais fluída, não é tão sistematizado quanto temos com o Congresso e no judiciário a gente foi um dos primeiros que conseguimos fazer e a lei do STF foi uma delas.” (Fonte: Entrevistado “E11”, 2018). Ou seja, não se mantém a maior parte dos esforços somente na relação com o Ministério da Educação e suas instâncias de formulação de políticas como o Conselho Nacional de Educação e a Secretaria de Educação Básica, apesar de também não as excluïrem

Além disso, a defesa de esferas institucionalizadas da participação da sociedade civil para a confecção das políticas é uma pauta comum que une essas entidades, uma vez que se acredita que levam a um melhor consenso a respeito das políticas públicas, à exemplo do papel das Conferências Nacionais de Educação e do Fórum Nacional de Educação durante a elaboração e desenvolvimento do Plano Nacional de Educação (FROSSARD, 2015).

Nesse sentido, é notado uma grande diferença na forma de atuação dos agentes. Enquanto os institutos e fundações empresariais defendem pautas através da parceria com instituições na tentativa de influenciar os rumos das políticas educacionais, os agentes relacionados a base defendem a atuação em instâncias de participação, tanto via poder executivo no caso do Ministério da Educação, quanto legislativo e judiciário.

De forma parecida aos outros agentes analisados, também são notadas formas de distanciamento ou mesmo oposição à atuação dessas entidades. Em grande parte, isso é motivado pela interpretação de que suas pautas representam interesses “corporativos” ou mesmo se afastam da concepção de qualidade educacional que é defendido pelos institutos e fundações.

Quadro 16 – Formas de Distanciamento ou Oposição

Temas de 2ª ordem	Categorias Emergentes	Dados Representativos	Fonte
Distanciamento ou Oposição	Campanha Nacional pelo Direito à Educação; CNTE; ANPED; ANPAE	"Hoje tem pouca aproximação das outras entidades, diria que quase nada, devido a questão de foco, onde tem potencial de ganhar mais força dentro do que se propõe a alcançar objetivo. Quando coloca na balança grau de esforço mais benefício não vale pro que se propõe. Em geral, essas entidades tem posicionamento contra o terceiro setor empresarial. Teria que fazer todo um esforço de aproximação pra conversar."	Entrevistado "E8"
		"Eu acho que ela filtra porque é muito dessas, ela não vai defender os interesses corporativos da CNTE ou da Undime. Então, você tem as organizações das categorias que tem todo o direito do mundo de defender seus próprios interesses, essa instituições não são, e acho que em grande medida conseguiram não ser uma caixinha pra reverberar os interesses corporativos do povo da educação, então elas são mais independentes (...)"	Entrevistado "E15"

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A diferenciação também se dá pela noção de que politicamente estão em campos opostos, como foi ressaltado por um dos entrevistados,

“(…) existe o pessoal da educação de esquerda e o pessoal da educação de direita. Em linhas gerais, o pessoal da esquerda tá mais preocupado com participação da comunidade, educação integral, são essas pautas mais "soft" da educação. Enquanto que o pessoal de "direita" da educação tá preocupado com resultados de aprendizagem, indicadores, né.” (Fonte: Entrevistado “E3”, 2018).

Esse entendimento em específico se relaciona com o tipo de pauta que é defendido pelos agentes, aspecto que será melhor explorado na próxima seção. Mas em linhas gerais é observado que a luta pela qualidade da educação não é homogênea e o entendimento do que seria uma educação de qualidade é um fator que diferencia e organiza o campo social.

Análise Crítica de Discurso: Categorias Normativas Emergentes

Feita a análise das categorias institucionais emergentes, o segundo eixo de categorias recursivas que ajudam a explicar o campo dizem respeito aquelas que são normativas e apontam divergências relacionadas às concepções educacionais sustentadas pelos diversos atores do campo. Dessa maneira, essa seção tem por objetivo levantar e apontar os elementos que são sustentados pelos agentes a partir de sua atuação prático-discursiva.

Neotecnicismo educacional: permeabilidade discursiva

Como levantado previamente na revisão do referencial teórico, têm-se como hipótese que a gama de categorias recursivas usadas pelos agentes são a principal forma de diferenciação no campo social estudado. Nesse sentido, a partir da análise das categorias normativas geradas pelas fontes provenientes dos institutos e fundações, foi verificado como a diferenciação entre essas entidades e a cultura proveniente da sua origem organizacional é incompleta. Presente nos discursos institucionais, a existência da avaliação para resultados, a ideia de gestão educacional, tecnologias e soluções educacionais são elementos recorrentes que, conseqüentemente, guiam sua prática no campo social. Conforme apontado no referencial teórico, a permeabilidade desses elementos na atuação prático-discursiva dessas instituições pode ser entendida através da concepção de um “neotecnicismo educacional”, nos termos de Freitas (2014).

Mais do que projetos, o objetivo de implementação da gestão empresarial enquanto forma de resolução dos mais diferentes problemas educacionais está na raiz das organizações estudadas, o que é verificado a partir de documentos institucionais como relatórios anuais. A apresentação do relatório anual de 2002 da fundação Lemann, que acabava de se instalar no Brasil traz evidências a respeito desse objetivo,

Visando uma utilização eficiente dos seus recursos, a Fundação Lemann tem pretendido especializar-se e dedicar-se à área de melhoria da metodologia gerencial na educação, ou seja, o aperfeiçoamento de uma cultura de avaliação de resultados. Advindos da área empresarial e sabendo da importância da avaliação de resultados, acreditamos que um foco similar, mas adaptado à educação, trará grandes benefícios. (Fonte: Fundação Lemann, Relatório anual, 2002)

Mais do que um simples desejo, a tentativa de implementação da metodologia gerencial na educação passar por uma leitura de quais são as raízes dos principais problemas educacionais, nesse caso problemas essencialmente de ensino e que impactam diretamente a

possibilidade de desenvolvimento econômico e social, “Acreditamos que melhorar o nível educacional brasileiro é essencial para o país se tornar mais competitivo a médio e longo prazo e para diminuir as desigualdades e tensões sociais” (Fonte: Relatório anual. Fundação Lemann. 2002).

Dessa maneira, o diagnóstico para a correção dos problemas educacionais passa por tornar os sistemas de ensino mais eficientes, eficazes e efetivos a partir de metodologias que visem resultados. Essa interpretação a respeito do sistema educacional é o que motiva a edição por parte de todos os institutos e fundações de programas de parceria que visam a formação e adoção das ferramentas oriundas do setor privado na gestão pública. Assim, as parcerias se desdobram na importação de tecnologias, metodologias, avaliações, técnicas de gestão escolar e outras formas que visam o controle e padronização dos processos de ensino aprendizagem. Aqui talvez esteja o maior ponto de tensão e desacordo no campo, naquilo que tange as concepções educacionais defendidas. Como se verá mais à frente, se por um lado a defesa por parte dos institutos e fundações do que é a educação de qualidade passa pelo fortalecimento do controle e a padronização de processos, no caso das entidades de base se defende principalmente maiores formas de autonomia a partir de uma gestão democrática e a melhoria das bases que asseguram o direito à educação como a docência e o financiamento da educação. Novamente, é notado que se de um lado a leitura dos problemas educacionais deriva da falta de efetividade na gestão do sistema, do outro os problemas da educação são uma decorrência histórica da forma pela qual vem sendo conduzida pelo poder público.

Quadro 17 – Gerencialismo Empresarial como Solução Educacional

Temas de 2ª ordem	Categorias Emergentes	Dados Representativos	Fonte
Gerencialismo Empresarial como Solução Educacional	Avaliação Educacional	"Nas últimas duas décadas, o Brasil tem desenvolvido sistemas de avaliação de desempenho escolar, protagonizados tanto pelo governo federal, como por governos estaduais e municipais nos diversos níveis de ensino. Ao mesmo tempo, ainda há muito espaço para a produção, o debate público e a disseminação de conhecimentos sobre a utilização dos resultados das avaliações na prática pedagógica do cotidiano escolar."	Relatório anual - Fundação Itaú Social - 2011
	Tecnologias e Metodologias Educacionais	"Tecnologias são um conjunto integrado de propostas de ação capazes de funcionar de forma sinérgica na melhoria da qualidade das escolas públicas de Ensino Médio. Elas articulam diferentes metodologias e, para validar sua efetividade, são testadas em grande número de escolas com acompanhamento e supervisão intensiva. Passam, portanto, por avaliações de resultados e de impacto que possam demonstrar sua efetividade. Se o impacto for significativo, depois de sistematizadas essas tecnologias podem ser disseminadas por meio de um processo de transferência,	Relatório anual Instituto Unibanco - 2010

Temas de 2ª ordem	Categorias Emergentes	Dados Representativos	Fonte
Gerencialismo o Empresarial como Solução Educacional	Gestão Escolar	"Praticamente todos os programas que a gente tem atuam com formação na verdade em parceria com toda a rede de todo os profissionais envolvidos aí na cadeira digamos assim. A gente forma o professor, coordenador pedagógico, diretor de escola, equipes de regional e a própria equipe sede pra atuar a partir de um olhar de gestão de processos, de gestão de resultados, enfim. (..)"	Entrevistado "E4"
	Corresponsabilização e influência	"(...) acho que o instituto tem duas frentes. Uma frente por meio desse programa, de chegar nos gestores e tentar melhorar a gestão e atraindo também para as secretarias e tem uma outra estratégia que tem mais a ver com uma agenda de equidade, com uma agenda de diminuir desigualdades, de garantir resultados de aprendizagem, mas por meio de uma incidência nas políticas públicas."	Entrevistado "E1"
	Direitos de Aprendizagem	"Tudo que a gente tá fazendo é sempre uma perspectiva na aprendizagem dos alunos e alunas porque é um direito deles. (...) acho que isso é uma bandeira que a gente leva que tudo que a gente faz é pra gerar aprendizagem desse aluno como um direito, ele é um sujeito de direito, então acho que isso é uma coisa que a gente não perde."	Entrevistado "E12"

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

A necessidade de avaliação educacional constante e monitoramento talvez seja um dos principais eixos condutores da concepção educacional presente no eixo dos institutos e fundações presentes no campo. Quando se transplanta essa lógica para a prática dos sistemas de ensino, o uso constante de avaliações pressupõe padronização do currículo e das práticas pedagógicas, além da exigência de resultados. Não por acaso, uma das maiores bandeiras de luta que une essas instituições no campo é a Base Nacional Comum Curricular, pois significa aos olhos desses agentes uma forma de garantir um “padrão mínimo de qualidade”, possível de ser avaliado e mensurado. A redução das desigualdades educacionais, nesse entendimento, passa primeiramente pela padronização do ensino no sistema público.

Uma outra categoria recursiva nos discursos analisados diz respeito ao uso de “tecnologias e metodologias” educacionais enquanto “solução” para os problemas de ensino. Relacionado a esses elementos observa-se que a maior concentração de esforços dessas instituições vai se dar justamente no desenvolvimento das melhores soluções ou práticas que possam se tornar metodologias inovadoras, replicáveis e escaláveis, bem como soluções que visem superar etapas de desenvolvimento do sistema educacional. Não à toa, caso apresentem

sucesso é buscado sua disseminação nos sistemas públicos de ensino.

O Instituto Ayrton Senna tem essa outra coisa que é uma boa pergunta se ele consegue ou não consegue. Ele é um instituto que acredita que a única maneira de você resolver o problema do atraso educacional brasileiro vai ser uma inovação, ou seja, você tá tão atrasado que se você seguir todos os passinhos que a Argentina ou o Chile seguiram você não vai encostar, então, na verdade é uma instituição muito ligada a inovação, ou seja, deve ter um truque que me joga lá na frente, então aquela coisa do *lip froog*, né, quer dizer, que eu vou dar um balão em todo mundo via inovação, então é uma instituição muito preocupada com a inovação, quer dizer, o que existe de inovação que se eu adotar me dá um salto. (Fonte: Entrevistado “E15”, 2018)

A “gestão escolar” ou “gestão educacional” torna-se categoria recursiva nos discursos analisados devido a carregar consigo um arcabouço de práticas “eficazes” da gestão privada. Nota-se no caso dessa categoria em específico que se pressupõe a gestão pública como ineficaz para promoção de sistemas de educação que formem o “capital humano” necessário.

Além dessas categorias, corresponsabilização e influência através de advocacy são duas formas de atuação amplamente difundidas entre esses atores. Tem-se por premissa que a gestão dos sistemas educacionais deve contar com uma governança que envolva outros atores não-estatais, à serem corresponsabilizados pelos seus resultados. O sucesso e a difusão desses dois tipos de relação passa principalmente, como já ressaltado, por uma tentativa de “consensualização das políticas através de argumentos pretensamente técnicos” (MICHETTI, 2016). Não à toa, nota-se que em todas as organizações estudadas há um crescimento dos esforços para atuação via advocacy nos últimos anos, a partir da criação de áreas específicas de relacionamento institucional.

Por fim, uma última categoria que talvez seja um grande ponto de tensão entre os agentes do campo trata da luta ou esforço para garantia dos “direitos de aprendizagem”. Nesse sentido, é reiterado que o problema da educação diz respeito a não efetividade do método pelo qual os alunos acessam o conhecimento e aprendem e é necessário melhoria e avaliação para manutenção do que tem resultado e exclusão daquilo que se mostra ineficaz.

Recursividade nas entidades de base da educação: Atuação prático-discursiva

Se para um conjunto de agentes as categorias recursivas de alguns agentes estão ligadas à sua origem organizacional, para outro esta premissa continua válida. Assim, a análise das categorias recursivas dos agentes que correspondem à entidades de base e de

movimentos sociais leva a concluir que sua atuação prático-discursiva é muito influenciada pelo histórico de luta por direitos sociais derivados da educação. Dessa maneira, a leitura a respeito do que gera os problemas educacionais também é outra e, conseqüentemente, são praticadas formas diferentes de ação. Parte-se do entendimento que os males que prejudicam a concretização do direito à educação são históricos e, portanto, as ações que podem gerar essa garantia de direitos passam diretamente pela ação do Estado diante da manutenção de parâmetros mínimos no que se relaciona à qualidade da educação. A oposição em relação à outras formas de leitura também são reconhecidas e recorrentes nos discursos,

Então eu acho que essas fundações são pouco atentas do diálogo porque são afoitas em implementar soluções e nesse sentido, soluções, por isso a pauta empresarial é muito forte, essa ideia de que uma inovação feita em um determinado momento serve pra uma política social. Isso talvez sirva para organizar empresas, mas isso, bom, sobre as empresas eles tem que se haver, do ponto de vista da política social, **sem considerar o contexto e a história pregressa, você erra e você não faz com que a comunidade escolar se movimente na mesma direção.** (Fonte: Entrevistado “E14”, 2018, grifo nosso)

É notado assim que as formas de leitura e as propostas que resultam dessas diferentes formas de leitura são melhor reconhecidas enquanto disputas na educação por parte das entidades de base. Logo, têm-se como hipótese que esse reconhecimento é mais evidente por parte desses atores justamente pela pluralização do campo que ocorre a partir da introdução dos novos agentes como institutos e fundações. Ou seja, em um momento preliminar quando o campo não era tão pluralizado, essas disputas eram sedimentadas em relação à alguns atores, como o próprio MEC e a partir dessa mudança, outros são identificados como veiculadores dessa divergência.

Isso também aponta como se dá a sedimentação do campo hoje e onde estão os seus polos dominantes e dominados, pois quem está no polo dominante tende a suprimir essas disputas para manutenção de suas posições sociais e quem está no polo dominado tende a reconhecer mais e reagir contra a emergência do dominante.

Para além da leitura da questão educacional, é possível apontar as principais categorias recorrentes no discurso desse conjunto de agentes. Em suma, elas se direcionam à efetivação do direito à educação em sua definição mais ampla, e justamente por isso, se relacionam a afirmação de políticas educacionais que o estructurem, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e o Plano Nacional de Educação.

Quadro 18 – Qualidade e Direito à Educação

Temas de 2ª ordem	Categorias Emergentes	Dados Representativos	Fonte
Qualidade e Direito à Educação	Valorização Profissional da Função Docente e Autonomia Escolar	“A nossa posição é de que a política educacional tem que valorizar a ação docente e dar condições para que o professor possa exercer o seu trabalho e não padronizar as formas de organização da escola pra controlar o professor.”	Entrevistado “E14”
	Financiamento da Educação	“(…) a gente trabalha em todas as etapas e fazes da educação básica e no ensino superior, né, então é pelo direito a educação, de uma forma mais ampla, exatamente, mas a gente vem se especializando na parte de qualidade e financiamento da educação e aí passa por todas as etapas e modalidades da educação de novo então quando a gente fala da qualidade a gente fala da qualidade da educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio e ensino superior né, então passa por todas as etapas e também as modalidades, (...) a gente tem uma especialidade muito forte em financiamento e qualidade mas a gente acaba como a nossa rede é muito grande e a gente tem especialistas em todas as etapas e fases da educação a gente acaba também fazendo essa atuação, em diversos cálculos.”	Entrevistado “E11”
	Gestão Democrática	Nossa principal tarefa é garantir as condições adequadas e corretas para que a educação básica cumpra aquilo que a LDB determina, que o estudante conclua a educação básica em condição de exercer sua cidadania e preparado para atuar no mundo do trabalho. Então esse é o objetivo estabelecido na LDB e é por isso que nós lutamos como um todo desde a educação infantil até o ensino médio tenha todas as condições adequadas para desenvolver isso, isso passa por gestão democrática, por políticas de valorização profissional, por condições adequadas de trabalho, com condições de ter um bom ensino e um bom aprendizado.	Entrevistado “E7”
	Parâmetros Mínimos de Qualidade	Mas a gente sempre tem um olhar muito estruturante pra atuação com as políticas educacionais, então a gente sempre trabalha do ponto de vista do Plano Nacional de Educação do piso salarial do magistério então são os parâmetros mínimos de qualidade que podem existir na educação né.	Entrevistado “E11”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A partir da análise dessas categorias recursivas também ficou nítido como os discursos desses agentes se fazem em oposição à outros no campo. Em contraposição à avaliação e monitoramento para resultados por exemplo, é apresentado valorização da função docente e a autonomia escolar. Da mesma maneira o fortalecimento do Estado na garantia e provimento

da educação é vista como alternativa à corresponsabilização e influência da gestão privada nos sistemas educacionais.

Base Nacional Comum Curricular e Reforma do Ensino Médio: Fatores de polarização do campo social

Duas categorias recursivas nos discursos de todos os agentes merecem destaque nesta análise e correspondem as duas reformas do ensino mais recentes. Como já apontado previamente, a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio são dois elementos que contribuíram para a dinâmica do campo social que é apreendida nesse trabalho e compreendem assim à fatores de polarização.

Enquanto são defendidas de um lado do campo, do outro é notado uma completa reação à essas políticas. Por parte dos institutos e fundações, sobretudo os que compõem o Movimento pela Base, a política corresponde à uma forma de efetivação dos direitos de aprendizagem ou uma elevação do “padrão mínimo de qualidade”.

Já a oposição que é feita pelo outro conjunto de agentes não é direcionada tanto ao conteúdo dessas reformas educacionais, mas principalmente à forma com que foram implementadas. No caso da BNCC, já prevista no Plano Nacional de Educação de 2014, entende-se que houve um atropelamento das etapas de formulação da política, e a ausência de uma participação efetiva dos principais segmentos educacionais, dado que não contou com discussão nos principais fóruns de interlocução com a sociedade civil,

“os próprios professores não foram consultados, os formadores de professores que são da academia se retiraram do debate da Base Nacional Comum Curricular por exemplo e da Reforma do Ensino Médio porque são contrários a esse tipo de formulação de cima pra baixo que não houve, não vai ter porosidade da sociedade.” (Fonte: Entrevistado “E11”, 2018)

Assim, as audiências públicas dessa política em específico também são compreendidas como esferas que não levaram em consideração uma discussão que gerasse alterações contundentes na BNCC¹³. No caso da reforma do ensino médio a situação é mais agravada pelo fato de ter sido editada por uma Medida Provisória e posteriormente convertida na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

¹³ Ver *Participação e Participacionismo na construção da Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Participa%C3%A7%C3%A3o-e-participacionismo-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-Base-Nacional-Comum-Curricular>

A interpretação dos acontecimentos relacionados à essas duas políticas assim como seus respectivos conteúdos levou à uma reorganização do campo. Conforme apontado, a posição de defesa ou oposição à ambas constituem hoje formas de posicionamento dentro do campo social, o que motivou destacar essas categorias normativas.

CONCLUSÃO

A educação pública hoje é um dos elementos sociais com maior impacto na sociedade brasileira e o desenvolvimento de políticas educacionais, conseqüentemente, é um dos principais assuntos o qual se debruçam sociedade civil, governo e setor privado. A partir do desenvolvimento da pesquisa, foi possível entender de forma mais aprofundada as relações estabelecidas entre diferentes atores que se mostram mais relevantes. Nesse sentido, o uso da lente teórica de campo social se mostrou suficiente para compreensão das disputas a respeito da educação, bem como o uso da análise crítica de discurso enquanto método.

Em linhas gerais, é possível identificar uma gama de relações dentro deste campo, como proximidade, identificação e oposição. Dessa forma, buscou-se nesse trabalho identificá-las e qualificar os agentes do campo social a partir dessa perspectiva relacional, bem como a partir de sua atuação prático-discursiva. Aponta-se como conclusão, em resposta às perguntas de pesquisa previamente levantadas que o campo da educação apresenta seus principais agentes em quatro grandes grupos, onde dentro deles se destaca os institutos e fundações ligados a representação do empresariado como Fundação Lemann, Fundação Itaú Social, Instituto Natura, Instituto Unibanco e Instituto Ayrton Senna. A emergência desses agentes se dá em consonância com o movimento de pluralização da sociedade civil (ABRÚCIO, 2007) que ocorre no campo educacional nos últimos anos e sua constituição é intimamente relacionada com o fortalecimento das formas de “investimento social privado”, decorrentes do contexto socioeconômico atual.

Foi apontado como a introdução desses agentes muda a dinâmica do campo social se comparado ao momento anterior à sua emergência, bem como que as maiores formas de distanciamento ou oposição estão relacionadas a defesa das suas respectivas concepções educacionais, além da leitura que fazem a respeito dos principais problemas da educação. A emergência dessas disputas levam a concluir que os projetos educacionais defendidos pelos agentes privados não dialogam diretamente com pautas historicamente levantadas por entidades de representação de segmentos do campo educacional e movimentos sociais, uma vez que em seus discursos são notados novas categorias emergentes e que se diferenciam

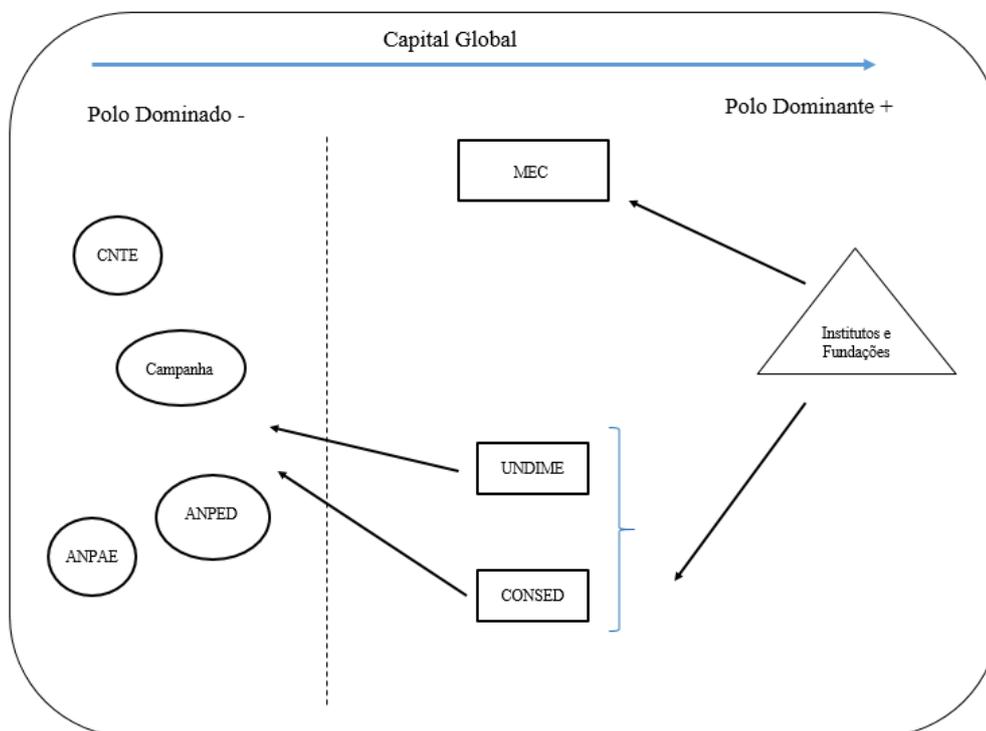
daquelas visualizadas na prática discursiva dessas entidades.

Relacionado a esta análise, foi possível verificar como a origem dos agentes influenciam na sua prática discursiva, pois interferem na leitura que possuem dos problemas educacionais e conseqüentemente nas políticas educacionais que são defendidas. Ou seja, o fato de serem derivados de entidades de mercado ou não tendem à moldar um repertório de formas pelas quais se enxerga o fenômeno educacional.

Não obstante, há também uma contribuição deste trabalho no sentido de qualificar e demonstrar as formas pelas quais a esfera pública reage a atuação de diferentes agentes da sociedade civil. Nesse sentido, notou-se que há grande permeabilidade à participação de entidades ligadas ao setor privado no que diz respeito à gestão do sistema educacional. Essa aproximação se deve sobretudo a conversão de legitimidade que decorre por diferentes vias e fazem com que as formas defendidas por esses atores sejam adotadas, sobretudo nos entes subnacionais.

Ainda sob a lupa do referencial bourdieusiano, também ficou nítido como ocorre a dominância do campo social a partir do acúmulo de capital simbólico. A conversão desses capitais em legitimidade de atuação no campo levou a concluir a respeito da dominância do campo social estudado, com a prevalência dos institutos e fundações empresariais no polo dominado.

Figura 4 – Desenho das posições no campo social da educação



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Os resultados das disputas que se dão no campo variam conforme a edição das políticas educacionais. Dessa forma, como foi previamente apontado, a constituição do Plano Nacional de 2014 é considerada vitoriosa por uma parcela dos atores, dado o processo de formulação que acompanhou esferas de discussão e participação da sociedade civil institucionalizadas como o Fórum Nacional de Educação e a Conferência Nacional de Educação. Por outro lado, a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio são interpretadas por oposição de uma parte dos agentes. Dessa forma, concluímos que determinadas políticas públicas compõem fatores de polarização, pois são elementos onde as práticas e discursos são colocados frente à frente e materializados.

Também é necessário ressaltar os limites dessa pesquisa frente à compreensão da complexa dinâmica da sociedade civil na educação. A escolha pelo recorte do campo social com os seus principais agentes resulta em uma redução dos diversos outros atores que poderiam ser contemplados. Não se pretendeu com isso reduzir sua importância, mas sim dar foco àqueles que são mais recorrentes e eram passíveis de análise dentro do ciclo de trabalho que perpassou essa pesquisa. Na confecção deste relatório final, também foi dado maior enfoque na dinâmica do campo social hoje, dessa maneira o objetivo inicial de traçar em perspectiva mais histórica a constituição dos agentes foi deixada em segundo plano, diante da emergência dos aspectos relacionais que foram a principal linha de desenvolvimento das entrevistas. Essa escolha também está relacionada ao curto espaço de tempo para a análise final dos dados coletados e nesse sentido, é preciso ressaltar os próprios limites de tempo e escopo relacionados ao ciclo de uma pesquisa de iniciação científica que impactam em seu desenvolvimento e conclusão. Assim, pesquisas com ciclos de trabalho maiores podem resultar em aprofundamentos a respeito da dinâmica deste campo social e da constituição dos agentes estudados.

Por fim, este estudo também abre outras agendas que derivam das suas conclusões, a exemplo da investigação aprofundada sobre as dinâmicas específicas do campo em relação à cada reforma educacional. Abre-se essa possibilidade dada a percepção do autor de que cada reforma educacional é um fator de mudança das relações no campo e que a sociedade civil no caso da educação tem um histórico de contribuição que interfere diretamente nos rumos das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Coalizão educacional no Brasil: importância e condições de sucesso. In GRACIANO, M. (Coord.) O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). São Paulo: Ação Educativa, 2007. (Em Questão, v. 4).

ADRIÃO, T.; BORGHI, R. Parcerias entre prefeituras e esfera privada: estratégias privatizantes para a oferta da educação pública em São Paulo. In Adrião, T. e Peroni, V (Org.). Público e Privado na Educação: Novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008, p. 99-110.

ALVES, Mário A. *Terceiro Setor: O dialogismo Polêmico*, 2002a. Dissertação (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo.

ALVES, Mário A. *Terceiro Setor: As Origens do Conceito*. ENANPAD Encontro Científico de Administração da ANPAD, 2002b.

ANDRADE, S. *A difícil arte da mudança: construindo estratégias para gerar transformações sociais em parceria com o setor público*. In: Censo GIFE 2016. São Paulo. GIFE, p. 50-56. 2017.

AVELAR, Marina; BALL, Stephen J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. *International Journal of*

Educational Development, 2017.

BALL, Stephen. Educação Global S.A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa, UEPG, 2014.

BRASIL, Lei nº 9.637, de 15 de Maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9637.htm> . Acesso em: 30/05/2017.

BRASIL, Lei Federal nº 9.790, de 23 de Março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em: 30/05/2017

BRASIL, Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso

em: 29/05/2016

BRASIL, Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 29/05/2015.

BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's stealth revolution*. Zone Books, New York. 2015.

BOLTANSKI, L. e CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Espaço social e espaço simbólico*. In: _____. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *A reforma do aparelho do estado e as mudanças constitucionais: síntese & respostas a dúvidas mais comuns* /Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Brasília: MARE, 1997.

CAETANO, Maria R. Ensino Médio no Brasil e a privatização do público: o caso do Instituto Unibanco. *Universidade e Sociedade*. 2015, v.56, p. 84-99. Disponível em:

<<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1392300137.pdf>> Acesso em: 29/05/2017

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRAHAM, John. Education Reform and its antidotes. *Professional Voice*. v.9, n. 3, p.5-10.

Disponível em: < https://www.aeuvic.asn.au/sites/default/files/2631_pv_9_3.pdf>. Acesso em: 31/01/2018.

GIFE. **Censo GIFE**. 2016. Disponível em: < <http://gife.org.br/censo-gife/>>. Acessado em 05 jan. 2018.

GORZ, André. O imaterial: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Júnior / André Gorz. São Paulo: Annablume, 2005.

FALCONER, A.P. *A promessa do terceiro setor*, um estudo sobre o papel das organizações da sociedade civil e do seu campo de gestão. (Dissertação de mestrado). São Paulo: FEA/USP, 1999

FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and Social Change*. Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, N.; MELO, I. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D'Água*, São Paulo, v.25, n.2, p.307-329, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Educação Sociedade* (Impresso), v. 35, p. 1085-1114, 2014.

FROSSARD, Marcele. O campo da educação no Brasil: disputas sobre a educação escolar pública. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2015.

FUNDAÇÃO LEMANN. Relatório anual 2002. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/materials/temas/relatorio-anual>>. Acesso em: 31/07/2018.

FUNDAÇÃO LEMANN. Relatório anual 2010. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/materials/temas/relatorio-anual>>. Acesso em: 31/07/2018.

FUNDAÇÃO LEMANN. Relatório anual 2016. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/materials/temas/relatorio-anual>>. Acesso em: 31/07/2018.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. Relatório anual 2011. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/documentos/>>. Acesso em: 31/07/2018.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. Relatório anual 2016. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/documentos/>>. Acesso em: 31/07/2018.

GRIGOLETTO, Fábio. O Bairro Guapiruvu como lugar-organização: uma abordagem institucional do organizar. Tese de Doutorado. São Paulo, 2018

HARVEY, D. *A Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

HARVEY, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOYLER, Telma; BURGOS, Fernando; BRESLER, Ricardo; PAULICS, Veronika. *Governança ajuda ou atrapalha? Reflexões sobre a gestão educacional local*. Revista Interdisciplinar de gestão social. Vol. 3, N° 2. Maio/agosto, 2014.

IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010*, n.20, 2012.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Relatório anual 2012. Disponível em: <<http://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/instituto.html#relatorios-anuais>>. Acesso em: 31/07/2018.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Relatório anual 2017. Disponível em: <<http://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/instituto.html#relatorios-anuais>>. Acesso em: 31/07/2018.

INSTITUTO ETHOS. *O que as empresas podem fazer pela educação*. 1999. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/cedoc/o-que-as-empresas-podem-fazer-pela-educacao->

novembro1999/>. Acesso em: 31/01/2018

INSTITUTO NATURA. Relatório anual 2016. Disponível em: <
<http://www.institutonatura.org.br/>>. Acesso em: 31/07/2018.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório anual 2003. Disponível em: <
<http://www.institutounibanco.org.br/relatoriodeatividades//>>. Acesso em: 31/07/2018.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório anual 2010. Disponível em: <
<http://www.institutounibanco.org.br/relatoriodeatividades//>>. Acesso em: 31/07/2018.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório anual 2016. Disponível em: <
<http://www.institutounibanco.org.br/relatoriodeatividades//>>. Acesso em: 31/07/2018.

LOWI, T. J. Políticas públicas, estudos de caso y teoría política. In: LOWI, T. J. Et al. La hechura de las políticas. México: Miguel Ángel Porruá (Colección Antologias de Política Pública, 2). 3. ed. 2000. p. 89-117.

MICHETTI, Miqueli. A Definição Privada do Bem Público: a atuação de institutos empresariais na esfera da cultura. Caderno CRH, Salvador, v. 29, n. 78, p. 513-534, Set./Dez. 2016.

MICHETTI, Miqueli. O discurso da diversidade no universo corporativo: “institutos” empresariais de cultura e a conversão de capital econômico em poder político. Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar, 2017.

NOGUEIRA, F.A. e SCHOMMER, P.C. Quinze anos de Investimento Social Privado no Brasil: Conceito e práticas em construção. In: XXXIII ENANPAD – Encontro Científico de Administração da ANPAD, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Luiz Carlos Santos de. Fundamentos históricos e políticos da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Alagoas. Dissertação de Mestrado. Salvador, 2014.

PERONI, V., & ADRIÃO, T. *Público e Privado na Educação: novos elementos para o debate*. 2008.

SAHLBERG, Pasi. *Global Educational Reform Movement is here*. Disponível em: <<https://pasisahlberg.com/global-educational-reform-movement-is-here/>>. Acesso em: 31/01/2018.

SANTOS, Paula S. A prática institucional do Investimento Social Privado em educação pública: análise do campo organizacional brasileiro. [Relatório de Qualificação - Mestrado em Gestão de Políticas Públicas] - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. 2017.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989

SCHOMMER, P.C. *Investimento social das empresas: cooperação organizacional num*

espaço compartilhado. (Dissertação de mestrado). Salvador: Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA), 2000.

SILVA, L.S. *O público e o privado: a política cultural brasileira nos casos dos Institutos Moreira Salles e Itaú Cultural*. [Mestrado] Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, A. L. e ANDRADE, S. *O alinhamento do investimento social privado às políticas públicas*. In: Censo GIFE 2014. São Paulo. GIFE, p.34-41. 2015.

SIMIELLI, Lara Elena Ramos. *Coalizões em Educação no Brasil: A pluralização da sociedade civil na luta pela melhoria da educação pública*, 2008.

SIMIELLI, L.R. e ALVES, M.A. *Quinze anos de Investimento Social Privado no Brasil: Conceito e práticas em construção*. In: XXXV ENANPAD – Encontro Científico de Administração da ANPAD, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura*. Sociologias (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-44, 2006.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive* / Jessé Souza [et al.] – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SWYNGEDOUW. E. *Apocalypse Forever? Post-political Populism and the Spectre of Climate Change*. *Theory, Culture & Society* 2010 (SAGE, Los Angeles, London, New Delhi, and Singapore), Vol. 27(2–3): 213–232

URBINI, Lia. Educação integral e capital financeiro: A participação do Itaú Unibanco nas políticas públicas de educação entre 2002 e 2014. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 2015

YADA, Leonardo F. A atuação prático-discursiva da fundação Lemann: “o curso gestão para sala de aula” e o movimento pela base nacional comum. [Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas] São Paulo, 2016.

ANEXOS

Instituição	Código do Entrevistado	Forma de Entrevista
Instituto Unibanco	E1	Presencialmente
Secretaria de Educação Básica - MEC	E2	Presencialmente
Instituto Natura	E3	Presencialmente
Instituto Ayrton Senna	E4	À Distância
UNDIME	E5	À Distância
UNDIME	E6	À Distância
CNTE	E7	À Distância
Instituto Natura	E8	À Distância
Consed	E9	À Distância
Fundação Lemann	E10	À Distância
Campanha Nacional pelo Direito à Educação	E11	Presencialmente
Fundação Itaú Social	E12	Presencialmente
CNE	E13	À Distância
ANPED	E14	À Distância
Instituto Ayrton Senna	E15	Presencialmente
CNE	E16	À Distância
Fundação Lemann	E17	À Distância

Anexo 1: Relação de Entrevistados e Organizações